

**Nº01 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 11 de janeiro
de 2018. -----**

Aos onze dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de oito de janeiro de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHORA ENG. PAULA FERNANDA DA MOTA CHAVES. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, a Vereadora do Partido Socialista, Senhora Eng. Paula Fernanda da Mota Chaves, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, por se encontrar, em representação do Município, a participar, em Santarém, em reunião de trabalho correlacionado com o Programa "Qualifica". -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, atendendo à sua agenda parlamentar programada, para o dia de hoje, a qual inclui uma reunião às 10:30 horas e outra reunião plenária às 15:00 horas com votações no final. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

III - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, NUNO VAZ. -----

Iniciada a reunião, usou da palavra, o Presidente da Câmara, Nuno Vaz, tendo dado nota, ao Executivo Camarário, do envio de uma comunicação, dirigida ao Senhor Primeiro Ministro, no sentido de censurar a recente atualização dos preços das portagens da A7 e da A24, ainda que o valor de atualização seja coincidente com a taxa de inflação. -----
De facto, a discriminação positiva do interior não pode ser conquistada com políticas públicas, desta natureza, comprometendo a

competitividade e a coesão territorial das zonas mais desfavorecidas do território nacional. -----

Neste contexto, o Município de Chaves manifestou, oportunamente, junto do Senhor Primeiro Ministro, o seu desagrado relativamente, a tal medida, sendo certo que as medidas a adotar, sobre a matéria, deveriam repousar, ao invés, no desagravamento dos correspondentes preços das portagens da A7 e da A24. -----

Assim, em coerência com as razões, anteriormente, evidenciadas, solicitou o sancionamento, junto da Câmara Municipal, da tal posição de desagrado apresentada, junto do Primeiro Ministro, conforme comunicação cujo teor, seguidamente, se transcreve para todos os efeitos legais: -----

Exm.º Senhor Primeiro Ministro, -----

Escrevo-lhe esta missiva, como Presidente da Câmara Municipal de Chaves e como cidadão, num momento importante para o concelho de Chaves. Os cidadãos flavienses, no passado dia 1 de outubro de 2017, disseram claramente que pretendiam uma mudança de rumo para o seu concelho, uma nova ambição para o seu território que tantas vezes é esquecido. -----

A aprovação do Programa Nacional para a Coesão Territorial por parte do XXI Governo Constitucional, que vossa excelência tutela, defende a aposta na implementação de políticas públicas de diferenciação positiva do nosso território, de atração de jovens para os territórios do interior, de atração de investimento estrangeiro para os nossos territórios aliado a uma campanha de promoção de todas as potencialidades do nosso território, contribuiu ainda mais para que os transmontanos em geral e os flavienses em particular acreditassem que estavam perante um novo tempo, uma nova etapa das suas vidas. --- Sei que o Senhor Primeiro Ministro sabe que como cidadão e enquanto Presidente da Câmara Municipal de Chaves, estive e estarei sempre disponível para continuar a colaborar com o Senhor Primeiro Ministro e o XXI Governo Constitucional para contribuir na concretização de objetivos estratégicos do País e na superação dos obstáculos que vão surgindo, numa montanha com elevados declives e demasiadas pedras no percurso, sempre no pressuposto da defesa e bem da coisa pública e dos cidadãos do país, independentemente do local onde optaram por viver. Conheço o Senhor Primeiro Ministro já há alguns anos, e sei que é um homem bom, frontal e determinado, que pauta a sua ação pela defesa da coisa pública e que por diversas vezes na sua vida já revelou um

elementar sentido de justiça, sentido esse que não reconheci nas notícias plasmadas nos órgãos de comunicação social nos últimos dias.- Exmo. Senhor Primeiro Ministro, -----

As notícias conhecidas durante os primeiros dias de 2018, de aumento das portagens na Autoestrada 24, constituíram-se por si só como mais uma medida injusta e penalizadora, que volta a condicionar a vida dos cidadãos flavienses e contribui ainda mais para a falta da capacidade de atratividade dos nossos territórios no combate da nossa vida, combate esse por mais empresas, mais empregos e mais pessoas. -----

Apelo assim ao seu mais elementar sentido de justiça para que esta problemática seja revertida e que haja uma vontade inequívoca por parte da tutela para implementar o preconizado no Programa Nacional para a Coesão Territorial, sendo desde já encetada de imediato a concretização de medidas, tais como a redução do valor das portagens nas autoestradas do interior, de forma a dar um novo ímpeto a estes territórios. -----

Estou confiante que as minhas expetativas, que as expetativas dos flavienses não serão defraudadas. Caso contrário, a desilusão será

enorme e de consequências, mais uma vez trágicas. Não será uma tragédia greco-romana, mas a continuação de uma tragédia, agravada, no norte do país que vai de forma lenta e dolorosa matando o nosso futuro coletivo. -----

Desde já, apresento os meus cordiais cumprimentos ao Senhor Primeiro Ministro e subscrevo-me com estima e consideração, -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Nuno Vaz) -----

De seguida, usou, da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo apresentado por escrito, sobre a matéria, em apreciação uma moção cujo teor, seguidamente, se transcreve para todos os efeitos legais: -----

MOÇÃO -----

Repúdio pelo aumento de portagens na A24 -----

Tendo em consideração que: -----

- A construção de autoestradas através de empresas concessionárias em regime de SCUT, surgiu com o objetivo de acelerar a execução do plano rodoviário nacional; -----
 - A não cobrança de taxas de portagens nas autoestradas em regime de SCUT foi sempre justificada com a necessidade de compensar as regiões do interior do país com medidas de discriminação positiva face às evidentes desigualdades e assimetrias regionais existentes; -----
 - A A24 é uma autoestrada que serve o interior do país, onde o poder de compra dos cidadãos é baixo e onde as alternativas rodoviárias não garantem segurança. Esta via, com uma distância de cerca de 160 quilómetros entre Chaves e Viseu, demora a percorrer 1 hora e 45 minutos, enquanto o mesmo percurso pela N2, com uma distância de 170 quilómetros, demora quase 4 horas; -----
 - A introdução de portagens na A24, que liga Chaves a Viseu, agravou as dificuldades sociais e económicas das populações, já de si fortemente penalizadas pelos custos da interioridade; -----
 - Apesar da introdução de portagens com custo para os utilizadores, a empresa concessionária tem vindo a diminuir os níveis de segurança, como por exemplo o corte da iluminação dos nós; -----
 - O custo por quilómetro na A24 é o mais caro do país, sendo esta situação absolutamente incompreensível; -----
 - É, ainda, mais incompreensível o aumento das portagens na A24 enquanto o custo por quilómetro não estiver harmonizado no país. A deslocação Chaves- Vila Real - Chaves vai custar em 2018 mais € 0,30; -----
 - Nos últimos anos temos assistido à desqualificação de serviços públicos no Alto Tâmega, obrigando cada vez mais pessoas a ir fora da região para obterem serviços de saúde e de justiça, o que torna o custo de vida das populações do Alto Tâmega mais caro; -----
 - O contrato de confiança assumido com as populações menos desenvolvidas, para favorecer a acessibilidade territorial, não podia, nem devia ser alterado enquanto os indicadores de desenvolvimento socioeconómico forem inferiores à média nacional; -----
- Pelos considerandos expostos, a Câmara Municipal de Chaves, reunida a 11 de janeiro de 2018, delibera: -----
1. Apresentar ao Governo da República um veemente repúdio pelo aumento das portagens na A24; -----
 2. Solicitar ao Governo da República a redução imediata do custo das portagens na A24, ao invés do seu aumento; -----

3. Solicitar ao Governo da República que obrigue a concessionária a: -----

a. Repor a iluminação nos nós da A24 para se garantir segurança aos utentes; -----

b. Aumentar os meios de segurança de circulação rodoviária, nomeadamente, limpa neves; -----

c. Colocar painéis de informação; -----

d. Garantir serviços de assistência de nível idêntico às outras autoestradas do país; -----

4. Enviar a presente Moção para: -----

a. O senhor Primeiro-Ministro; -----

b. O senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas; -----

c. Os Grupos Parlamentares da Assembleia da República; -----

d. A Assembleia Municipal de Chaves; -----

e. Os órgãos da CIM do Alto Tâmega; -----

f. Todas as Câmaras e Assembleias Municipais do Alto Tâmega. -----
Paços do Concelho, 11 de janeiro de 2018 -----

Os Vereadores do PSD -----

António Cândido Monteiro Cabeleira -----

Carlos Augusto Castanheira Penas -----

Anexo: Custo da portagem na A24 nos anos 2017 e 2018 -----
2017 -----

Sublanço Taxa de Portagem (€) Classe 1 |Classe 2 |Classe 3 |Classe 4

Chaves Zona Industrial Chaves-Chaves (9 Km) 0,60 | 1,10 |1,40 |1,60 -

Chaves - EN103 (8 Km) 0,50 |0,90 |1,20 |1,30 -----

EN103 - Vidago - (8 Km) 0,55 |0,95 |1,20 |1,35 -----

Vidago - Pedras Salgadas - (9 Km) 0,60 |1,10 |1,40 |1,55 -----

Pedras Salgadas - IP3/ IC5 - (12 Km) 0,80 |1,45 |1,85 |2,00 -----

IP3/ IC5 - Vila Pouca de Aguiar - Fortunho - (22 Km) 1,45 |2,60 |3,35
|3,70 -----

Custo Chaves - Vila Real - € 3,90 (classe 1) -----

2018 -----

Sublanço Taxa de Portagem (€) Classe 1 |Classe 2 |Classe 3 |Classe 4

Chaves Zona Industrial Chaves-Chaves - 0,60 |1,15 |1,40 |1,60 -----

Chaves - EN103 - 0,55 |0,95 |1,20 |1,35 -----

EN103 - Vidago - 0,55 |0,95 |1,25 |1,35 -----

Vidago - Pedras Salgadas - 0,65 |1,10 |1,45 |1,60 -----

Pedras Salgadas - IP3/ IC5 - 0,80 1,45 1,85 2,05 -----

IP3/ IC5 - Vila Pouca de Aguiar Vila Pouca de Aguiar - Fortunho - 1,50
2,65 3,35 3,8 -----

Custo Chaves - Vila Real - € 4,05 (classe 1) -----

Em resposta à moção, apresentada e acima, transcrita, usou, novamente, da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -----

1 - A moção, ora, apresentada, pelos Vereadores do Partido Social Democrata, acaba por corroborar a posição, oportunamente, já assumida, pela Autarquia, sobre a matéria. -----

2 - Neste contexto, se a mesma, como tudo o indica, vier a reforçar, tal posição institucional, não se vislumbra, à partida, qualquer inconveniente na sua aprovação. -----

3 - Tanto mais que, no essencial, o que é decisivo, no âmbito do dossiê, em apreciação, é que todo o Executivo esteja unido na prossecução de uma política de diminuição e/ou não agravamento dos custos de mobilidade e de melhoria das condições de segurança de circulação rodoviária. -----

Após análise e apreciação das matérias, acima, sistematizadas, a Câmara Municipal determinou, por unanimidade, o seguinte: -----
 a) Sancionar a comunicação dirigida ao Senhor Primeiro Ministro e correlacionada com a manifestação de desagrado sobre o aumento dos preços das portagens da A7 e A24; -----
 b) Sancionar a moção apresentada, sobre idêntica matéria, pelos Vereadores do Partido Social Democrata. -----

 Antes de concluído o encerramento da matéria, em apreciação, o Presidente da Câmara apresentou, verbalmente, a seguinte declaração: "O Partido Socialista não vota contra as moções relativamente às quais seja reconhecido o devido mérito. -----
 Tal estratégia de atuação não seguida, no passado recente, pelo Partido Social Democrata." -----

IV - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cabeleira, tendo começado a sua intervenção, mediante a apresentação de uma recomendação, relacionada com a aplicação, pela Autarquia, da Lei 114/2017, de 29 de dezembro, documento cujo teor, seguidamente, se transcreve, para todos os efeitos legais: -----

RECOMENDAÇÃO -----

Considerando que a Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro - Orçamento do Estado para 2018, prevê no artigo 153.º a obrigatoriedade até 31 de maio da realização de todos os trabalhos de gestão de combustível por parte das câmaras municipais em substituição dos proprietários que não cumpriram essa obrigatoriedade até 15 de março, -----
 ("Artigo 153.º -----

Regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível -----

1 - Durante o ano de 2018, os trabalhos definidos no n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, devem decorrer até 15 de março, independentemente da existência de Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) aprovado. -----

2 - Durante o ano de 2018, as coimas a que se refere o artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, são aumentadas para o dobro. -----

3 - Até 31 de maio de 2018, as câmaras municipais garantem a realização de todos os trabalhos de gestão de combustível, devendo substituir-se aos proprietários e outros produtores florestais em incumprimento, procedendo à gestão de combustível prevista na lei, mediante comunicação e, na falta de resposta em cinco dias, por aviso a afixar no local dos trabalhos."); -----

Considerando que é previsível que área a limpar pela Câmara Municipal seja muito significativa, dado o enorme êxodo rural; -----

Considerando que a Câmara não tem capacidade interna para fazer a limpeza (gestão de combustível) prevista na Lei; -----

Considerando que os prazos para adjudicação recorrendo a prestação de serviço externo é morosa; -----

Considerando que é responsabilidade do senhor presidente da câmara mandar elaborar todos os procedimentos, para que no dia 31 de maio o concelho de Chaves tenha toda a gestão de combustível executada; ----

Recomenda-se: -----

1. A execução, desde já, de todas as peças para a abertura de um ou vários concursos de prestação de serviço externo, para que até ao final de maio, conforme o que está definido na Lei do Orçamento de 2018, a envolvente das casas isoladas, aldeias e estradas estejam limpas; -----

2. A atualização desde já do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), por forma a estar concluído até ao final de março, conforme o previsto no número 6 do artigo 153º da Lei do Orçamento de Estado de 2018 (6 - Os PMDFCI devem estar aprovados ou atualizados até 31 de março de 2018.). -----

Os Vereadores do PSD -----
 António Cândido Monteiro Cabeleira -----
 Carlos Augusto Castanheira Penas -----

Em resposta à recomendação, apresentada e acima, transcrita, usou, da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -----

1 - A recomendação apresentada, pelos Vereadores do Partido Social Democrata, é despropositada só podendo ser compreendida, pelo facto do atual vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cabeleira, ainda continuar a evidenciar tiques de Presidente da Câmara. -----

2 - Esta recomendação é um sinal evidente desta grande confusão de papéis, que o tempo se encarregará dilucidar, revelando, também, inteiro desconhecimento, sobre as diligências internas já desenvolvidas, pelo atual Presidente da Câmara, sobre a matéria. ----

3 - Por outro lado, é de estranhar que o atual Vereador do PSD, enquanto Presidente da Câmara, não tivesse confiado maior diligência e celeridade, tendo em vista a criação, atempada, da equipa municipal de sapadores florestais. -----

4 - Em síntese: esta recomendação é, assim, desajustada e destituída de qualquer sentido. -----

De seguida, usou, novamente, da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo tecido, sobre a matéria, o seguinte comentário: -----

O seu estatuto de Vereador não inibe de apresentar propostas, recomendações e/ou iniciativas, junto do executivo, sobre a atividade desenvolvida ou a desenvolver, pelo Município, nos termos do quadro legal aplicável. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 28 de dezembro de 2017. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

3.1. PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIO, DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA O ANO DE 2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1 - INTRODUÇÃO -----

A empresa Águas do Norte S.A. é concessionária desde julho de 2015, em regime exclusivo, da exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento de Trás os Montes e Alto Douro. Por contrato de fornecimento de água e recolha de efluentes, celebrado a 01 de julho de 2015, Águas do Norte S.A. é a entidade fornecedora de água ao Município destinada a abastecimento público, bem como é responsável pela recolha e tratamento dos efluentes provenientes dos sistemas próprios do Município. -----

A empresa RESAT/RESINORTE é por contrato celebrado a 29 de maio de 2001 responsável pela receção, recolha seletiva para a valorização, tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho. A empresa RESAT/RESINORTE também foi responsável desde 10 de setembro de 2007 pela prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e pelo fornecimento e manutenção de contentores, sendo a partir de agosto de 1 de Agosto de 2012 sido substituída nesta prestação de serviços pela empresa Rede Ambiente, engenharia e serviços S.A. -----

2 - JUSTIFICAÇÃO -----

Deve ser preocupação da Câmara Municipal harmonizar os custos de prestação de serviços, com os custos reais de funcionamento dos sistemas, combatendo todo o tipo de desperdício e ineficiências dos sistemas. -----

Fundamentos para as alterações ao tarifário atualmente em vigor: ----

- Redução das tarifas fixas e variáveis dos serviços face ao grau de cobertura de gastos previsto, que foi considerado excessivo; ----
- As tarifas a aplicar devem ser compatíveis com a capacidade económica das populações. -----
- Compromisso de redução das tarifas em 10 %. -----

3 - PROPOSTA DE TARIFÁRIO -----

3.1. - 1ª fase - Aprovação na generalidade da redução de todas as tarifas fixas e variáveis dos serviços de **Abastecimento Público de Água, Recolha e Tratamento de Águas Residuais e Recolha, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos** em 2,5%; -----

3.2. - 2ª fase - Elaboração dos estudos técnicos pelos serviços e obtenção dos pareceres previstos na lei; -----

3.3. - 3ª fase - Aprovação na especialidade, publicação e entrada em vigor. -----

4 - ENTRADA EM VIGOR -----

A presente proposta de redução das tarifas deverá entrar em vigor dia 1 de março de 2018 após o cumprimento de toda a tramitação processual prevista na lei. -----

Paços do Concelho, 28 de dezembro de 2017 -----

Os vereadores do PSD-----

Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, -----

Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas -----

Dra. Maria Manuela Pereira Tender -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo tecido as seguintes considerações: -----

1 - Na última reunião deste Executivo já foi feita a devida discussão, sobre o mérito da proposta, em apreciação. -----

2 - Esta proposta é, manifestamente, prematura, estando desalinhada relativamente aos compromissos assumidos, pelo PSD, para o mandato autárquico, em curso, sendo, simultaneamente, incoerente, relativamente aos mandatos autárquicos anteriores liderados, pelo PSD.-----

3 - Os compromissos do Partido Socialista são projetados para a vigência do mandato autárquico, que agora tem início, compromissos esses que irão ser, efetivamente, cumpridos, embora não sendo os mesmos exequíveis no primeiro ano de governação, sobretudo, à débil situação financeira da autarquia e, bem assim, dando concretização ao princípio da precaução que deve prevalecer na gestão deste dossiê. -----

4 - Dever-se-á registar, com surpresa, que a proposta, em apreciação, evidencie uma preocupação quanto à melhoria da eficácia do sistema de abastecimento público de água e saneamento, tanto mais que o PSD, enquanto governo local, não adotou qualquer medida concreta que permitisse, efetivamente aumentar a eficácia e eficiência de tal sistema público de abastecimento. -----

5 - Atualmente, encontram-se registadas faturas de consumo de água de algumas associações do Concelho que acabaram por não ser, efetivamente cobradas, com custos para a autarquia, nomeadamente, no IVA. -----

6 - A redução das tarifas, em apreciação, no ano, em curso, sai ainda prejudicada, pela trajetória financeira negativa registada, na execução do plano de saneamento financeiro, e cuja avaliação apresenta um desvio de, aproximadamente, um milhão de euros, conforme informação que será, oportunamente, levada ao conhecimento deste Executivo. ----

7 - Acresce, ainda, que o Município de Chaves veio a ser, recentemente, alertado, pela DGAL, do facto de ter sido ultrapassada, em 31/12/2016, a média da receita corrente líquida nos três exercícios anteriores, conforme comunicação datada de 02.01.2018, com a referência DCAF/02(02.01.01.05-03.01) -RFAL, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo tecido, sobre a matéria, o seguinte comentário: -----

Em abril de 2017, o Executivo Municipal votou e aprovou a redução das tarifas, em apreciação, sendo certo que, à data, o atual vice-presidente da Câmara, enquanto vereador do Partido Socialista, tomou uma posição, inequivocamente, favorável a redução das tarifas, considerando, até, que tal redução deveria ser mais significativa, desde que fossem adotadas medidas corretivas de melhoria do sistema de abastecimento público. -----

Neste momento, estão reunidas as condições que permitem, progressivamente, a redução das tarifas, em apreciação, de acordo com as promessas políticas feitas, pelo PS, ao povo flaviense. -----

De seguida, usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara Municipal, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido, sobre a matéria, em apreciação, os seguintes comentários: -----

A redução de preços preconizada dependeu de condições de execução não realizadas no mandato anterior. -----

1 - Dever-se-ão registar os atrasos ocorridos no levantamento do cadastro do sistema de abastecimento público, em causa, sendo certo

que essa medida é fundamental para garantir a rigorosa monitorização dos respetivos caudais. -----

2 - Desde o primeiro dia do anterior mandato autárquico, sempre preconizou a alteração de algumas condutas públicas que acolhem a água das chuvas e, bem assim, a instalação, na respetiva rede, de descarregadores de tempestade, medidas essenciais, diga-se, em vista a introduzir a necessária, eficácia e eficiência, do sistema, com clara diminuição das suas perdas. -----

3 - O ano em curso, dever-se-á promover a execução de tais ações, estando, assim, reunidas as condições necessárias e indispensáveis à redução das tarifas de água e saneamento. -----

De seguida, usou, novamente, da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, em apreciação, referido o seguinte: -----

1 - Esta posição dos vereadores do Partido Social Democrata não deixa de ser surpreendente, pugnando, estes, mais pelo cumprimento do programa do PS comparativamente com o seu próprio programa eleitoral.

2 - O PS reitera a sua inteira disponibilidade, em vista ao cumprimento das suas propostas eleitorais, quer no mandato, em curso, quer no mandato subsequente. -----

3 - A redução de 10% destas tarifas será feita no escrupuloso cumprimento do equilíbrio financeiro da autarquia, salvaguardando os superiores interesses dos flavienses. -----

4 - Estas medidas não poderão determinar, no futuro, o desequilíbrio das contas da autarquia, realidade que veio a ser provocada, pela gestão protagonizada, no passado, pelo PSD, e indissociável das dívidas significativas acumuladas, junto do grupo "Águas de Portugal", com todos os encargos financeiros daí emergentes, incluindo o serviço da própria dívida. -----

5 - Por outro lado, no momento atual, não estão, ainda, reunidas as condições de eficácia, eficiência e otimização do sistema de abastecimento público, as quais irão permitir a diminuição das perdas.

6 - Por último, é, no mínimo, estranho que os vereadores do PSD queiram que o PS cumpra todas as suas promessas eleitorais, no primeiro ano do mandato autárquico, em curso, quando o PSD, durante 16 anos, não cumpriu, de forma grosseira, as suas próprias promessas eleitorais. -

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Dr. Francisco António Chaves de Melo, Eng. Victor Augusto Costa Santos e Dr. Nuno Vaz Ribeiro, não aprovar a proposta, em apreciação. -----

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. APRESENTAÇÃO DE QUEIXA DE ATAQUE DE CÃES SELVAGENS / LOBOS; REQ: MARIA DA GLÓRIA BORGES PEREIRA BARROCO. INF. 1/DAF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia n.º 8596, datado do pretérito dia 18/10/2017, Maria da Glória Borges Pereira Barroco vem pedir que a Câmara Municipal de Chaves ajude a suportar as despesas relativas aos

prejuízos sofridos com os ferimentos e perdas de animais provocados na sequência de um ataque de cães selvagens/lobos. -----

2. Para o efeito, invoca, que no dia 11 de outubro de 2017, o rebanho de ovelhas (17) e 1 carneiro, de que é detentora, foi atacado por cães selvagens/lobos, quando se encontravam em pastoreio num lameiro junto a S. Pedro de Agostém, encontrando-se, na presente data, 11 ovelhas mortas, bem como o carneiro. -----

3. Mais invoca a requerente, que as ovelhas mortas foram recolhidas pelos serviços da DGAV, uma vez que faziam parte do subsídio da respetiva exploração. -----

4. O retromencionado requerimento não faz qualquer alusão ao montante dos prejuízos em causa, nem junta documentos que atestem a realização de qualquer despesa. -----

5. Através da Informação n.º 58/2017, produzida no dia 13/11/2017, o Gabinete de Fiscalização Sanitária veio informar o seguinte: -----
 "(...) hoje dia 13/11/2017 pelas 9,30 horas dirigi-me ao local acompanhado do Fiscal Eduardo Carneiro para ouvir a senhora Maria Barroco. -----

Esta disse que as ovelhas estavam mortas com dentadas nos focinhos e espáduas e que lhe pareceu que eram cães. -----

Como a queixosa solicita "dentro das vossas possibilidades se nos poderão dar algum apoio a fim de atenuar as perdas derivadas deste ataque". -----

Considerando o art.º 8º do D. L. 314/2003 de 17 de Dez no qual compete às Câmaras Municipais dentro das suas atribuições nos domínios da defesa da saúde pública e do meio ambiente, proceder à captura dos cães e gatos vadios ou errantes, encontrados na via pública ou em quaisquer lugares públicos, utilizando o método de captura mais adequado a cada caso, estabelecido em conformidade com o previsto no Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, fazendo-os recolher ao canil ou gatil municipal." -----

6. É, pois, na sequência deste pedido de parecer que se apresentam, de seguida, as considerações que reputamos de pertinentes no caso individual e concreto em apreciação. -----

II - Do Direito -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa; ---
- b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional; ----
- c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o nº1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; --
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

4. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação".
5. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----
6. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----
7. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----
8. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----
Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----
9. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, a petição afirma que os prejuízos foram provocados por cães selvagens/ lobos. -
10. A verdade é que, ainda que a ora interessada tenha sido lesada na sua dimensão patrimonial, muito concretamente, mediante os danos provocados nos animais, em causa, não é possível estabelecer um nexo causal entre tal facto e qualquer conduta ilícita cometida pela Autarquia e que se mostre idónea para provocar tal resultado. -----
11. Desde logo, porque não existem elementos que permitam concluir, inequivocamente, que os animais em causa eram vadios e que não pertenciam a outrem residente nas localidades próximas do local onde ocorreu o incidente. -----
12. Aliás, da análise dos documentos constantes no respetivo processo administrativo, nem sequer é possível determinar se os danos foram provocados por cães ou por lobos. -----
13. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----
14. Por outro lado, não se vislumbra, do quadro legal em vigor, designadamente, na Lei n.º 75/2013, de 12/09, norma legal que preveja a possibilidade desta autarquia local poder, sem mais, participar na recuperação de perdas patrimoniais de uma pessoa singular, com base nos factos descritos, ficando, nesta justa medida, a atribuição de qualquer apoio, desta natureza, impossibilitado, em face do princípio da legalidade. -----
15. Atenda-se, contudo, que, de acordo com o disposto no artigo 8º, do Decreto-Lei n.º 54/2016, de 25/08, quando ocorram danos em animais causados diretamente pela ação do lobo-ibérico, os mesmos são passíveis de indemnização ao respetivo produtor, mediante participação ao ICNF, I. P. -----
16. Sendo certo, que a atribuição de indemnizações com base na retrocitada disposição legal, não se encontra legalmente cometida aos Municípios, mas sim ao ICNF, I.P, pelo que qualquer pedido de indemnização, a tal título, deverá ser dirigido àquela entidade. ----

III - Propostas

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:

a) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela requerente, não decorrendo qualquer responsabilidade da Autarquia a título de responsabilidade extracontratual;

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado;

c) Decorrido o aludido prazo, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;

d) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz.

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto.

À consideração superior.

Chaves, 3 de janeiro de 2017

O Técnico Superior Jurista

(Dr. Marcos Barroco)

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA DE 2018.01.03

Visto. Concorde com o teor integral da presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo, em vista à adoção de decisão, consubstanciada na intenção de indeferimento de pedido, nos termos e com os fundamentos constantes desta informação. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.03.

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 03.01.2018 - À Reunião de Câmara.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se.

2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS SOFRIDOS; - MORTE DE 15 BOVINOS COM EVENTUAL ORIGEM NO SANEAMENTO DA ALDEIA DE MAIROS; REQ: PALMIRA CONCEIÇÃO ALVES GARCIA PIRES. INFORMAÇÃO Nº. 2/DAF/2018.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:

I - Dos Factos

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia n.º 6051, datado do pretérito dia 31/07/2017, Palmira Conceição Alves Garcia Pires vem pedir que a Câmara Municipal de Chaves assumo o pagamento das despesas relativas aos prejuízos sofridos na sequência da morte de 15 bovinos.

2. Para o efeito invoca que a morte dos bovinos tem, aparentemente, causa no saneamento da aldeia de Mairos.

3. Na sequência do pedido formulado, o Gabinete de Fiscalização Sanitária, através da Informação n.º 44/2017, solicitou, à requerente, à apresentação dos seguintes documentos, a saber: -----

a) Relatórios do médico veterinário assistente à exploração; -----
b) Análises da água do local onde bebiam os animais e da fossa de saneamento; -----

c) Exames laboratoriais referentes ao conteúdo intestinal, gástrico e anatomopatológicos. -----

4. Sequencialmente, e através do documento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 6969, datado do pretérito dia 06/09/2017, a requerente veio juntar, ao processo, os seguintes elementos: -----

a) Relatório do médico veterinário assistente à exploração; -----

b) Exames laboratoriais de pesquisa do agente contaminante. -----

c) Exames laboratoriais da água de saída da fossa de saneamento da freguesia da aldeia de Mairos. -----

5. Perante a documentação enviada, o Gabinete de Fiscalização Sanitária produziu, no dia 15/09/2017, a Informação n.º 47/2017, propondo a realização de uma contra-análise da água da fossa, em causa, e do local onde bebiam os animais, a qual foi realizada no dia 19/09/2017, conforme boletim cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e constante a fl. 22, do respetivo processo administrativo. -----

6. No dia 21/11/2017, a peticionária, através do requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta autarquia local n.º 9286, datado do pretérito dia 27/11/2017, veio juntar, ao processo, *"exames anatomopatológicos realizados ao último animal falecido na exploração em causa com toda a mesma sintomatologia e sem resposta à medicação administrada"*. -----

7. Sendo certo que, conforme consta do requerimento da peticionária, e do próprio exame, a amostra não deu resultados conclusivos. -----

8. Atendendo ao quadro factual, supra descrito, o Gabinete de Fiscalização Sanitária produziu, no dia 30/11/2017, o relatório n.º 61/2017, e no qual concluiu o seguinte, a saber: -----

"É meu parecer que as causas apontadas não são conclusivas, para atribuir a morte dos bovinos à água de saneamento proveniente da fossa da aldeia de Mairos." -----

9. Neste enfoque, é no âmbito dos factos acima revisitados que deverá ser contextualizado o despacho da Vereadora responsável, Eng^a. Paula Chaves, datado de 2017/11/30, no sentido de esclarecer se a pretensão formulada pela ora peticionária poderá ter acolhimento por parte desta Autarquia. -----

10. É, pois, na sequência deste pedido de parecer que se apresentam, de seguida, as considerações que reputamos de pertinentes no caso individual e concreto em apreciação. -----

II - Da legitimidade do interessado e da competência do Município --

1. A requerente dispõe de legitimidade para iniciar o procedimento de pedido de indemnização, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 68º, do CPA, enquanto titular dos interesse e direitos aparentemente lesados, sem prejuízo de factos supervenientes que venham a ser descortinados no âmbito do presente procedimento. -----

2. Nos termos do disposto na Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, pode ser imputada responsabilidade civil extracontratual ao Município, por danos decorrentes do exercício das suas funções administrativas, pelo que o Município é a entidade competente em razão de matéria e territorialidade. -----

III - Do Direito -----

3. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

- d) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa;
- e) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional;
- f) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa. -----

4. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o n.º 1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

5. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas; --
- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; -----
- Que desse ato tenham resultado prejuízos; -----
- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

6. De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação".

17. Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

18. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

19. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito. -----

20. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber: -----

Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----

21. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, a peticionária afirma que a morte dos bovinos teve, aparentemente, origem no saneamento da aldeia de Mairos. -----

22. Contudo, e como se viu, o Médico Veterinário Municipal concluiu, quer no âmbito do relatório n.º 61/2017, quer na Informação n.º 62/2017, que não foram encontradas provas conclusivas quanto às causa da morte dos bovinos, apontadas pela requerente, ou seja, provas conclusivas que permitam concluir que a causa da morte dos bovinos, em causa, tenha sido a água de saneamento proveniente da aldeia de Mairos. -----

23. Sendo certo que, e de acordo com diversos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, nomeadamente o AC. STA de 14/12/2004, o

lesado não se encontra dispensado de provar os factos de onde resulte o nexo de causalidade entre o facto ilícito e o dano, mesmo nos casos onde se verifique a existência de uma presunção de culpa. -----

24. Não se logrando provar a existência de tal nexo de causalidade, fica prejudicada, como é evidente, a imputação de responsabilidade civil extracontratual a esta autarquia local. -----

25. Ora, fazendo fé nas conclusões tiradas pelo Gabinete de Fiscalização Sanitária, não nos parece, salvo melhor opinião, que esta Autarquia Local deva assumir o pagamento de qualquer indemnização para ressarcir os mesmos. -----

26. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

III - Propostas -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

e) Que o assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela requerente, não decorrendo qualquer responsabilidade da Autarquia a título de responsabilidade extracontratual; -----

f) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

g) Decorrido o aludido prazo, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;

h) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 3 de janeiro de 2018. -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA. SANDRA LISBOA DE 2018.01.03 -----

Visto. Concorde com a presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo, em vista à adoção de deliberação, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão, de acordo com os fundamentos exarados nesta informação. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.04. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 08.01.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. REQUERIMENTO DE ATUALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO PREÇO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS; - ARTIGO 45º, DO DECRETO-LEI N.º 25/2017, DE 03/03 E PORTARIA N.º 216/2017, DE 20 DE JULHO; - AGS, SA; - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS E ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS. INF. 232/DAF/2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Preliminares -----

1.Através de requerimento, com registo de entrada n.º 6543, datado do pretérito dia 18/08/2017, a empresa AGS, SA veio requerer, ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 45º, do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, a atualização extraordinária do preço contratual anual, relativamente ao contrato de serviços celebrado com esta Autarquia Local no dia 14/04/2016, e referente à prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais. -----

2.Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2017/10/12, a qual recaiu sobre a Informação/Proposta nº 172/DAF/2017, produzida por estes serviços, no dia 29 de setembro de 2017, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer.

3.Neste contexto, foi concedido à peticionária o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

4.Decorrido o prazo supra mencionado, o requerente, através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 8772, datado do pretérito dia 13/11/2017, veio manifestar a sua discordância com o sentido de decisão de indeferimento, manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

5.Para o efeito, a requerente começa por dar por integralmente reproduzido o requerimento de 18.08.2017. -----

6.Mais invoca que, ao contrário do que consta no ponto 8 da ata da reunião do executivo camarário de 12.10.2017 o valor do preço anual é de €106.667,00€ e não de 134.940.01€. -----

7.Neste contexto, os custos suportados pela cocontratante com o pagamento de colaboradores que auferem o RMMG, na sequência do aumento deste último, passou a ser de 31.706,04€, correspondendo, nesta justa medida, a 29.72% do preço contratual anual pago à concorrente. -----

8.Defende, a requerente, que o conceito de "fator determinante na formação do preço contratual é um conceito indeterminado que o DL n.º 25/2017 ou a Portaria n.º 216/2017 não quantificam, estando a sua interpretação sujeita a um juízo administrativo e a parâmetros de avaliação que devem ser coerentes e razoáveis, tendo em consideração o caso concreto em análise", pelo que "a fixação do sentido de um conceito indeterminado deve corresponder a uma operação de interpretação da lei e não a uma atividade discricionária da Administração". -----

9.Partindo de tal entendimento, alega a requerente que "há que analisar, à luz do disposto no n.º 4 do artigo 45º do DL n.º 25/2017 e de acordo com o previsto na Portaria n.º 216/2017, que vieram permitir uma atualização extraordinária do preço, enquanto corolário da teoria da imprevisão, e preencher o conceito de "fator determinante

na formação do preço contratual", tendo em consideração o caso concreto". -----

10. Assim, "terá de ser aceite que a mão-de-obra indexada à RMMG, correspondendo a cerca de 30% do preço contratual, foi um fator determinante na formação do preço contratual na proposta apresentada (e vencedora) da cocontratante, facto comprovável pelos documentos do concurso, da proposta vencedora, da legislação em vigor em matéria de RMMG e ainda das regras de experiência comum." -----

11. Por outro lado, a requerente invoca que o aumento da RMMG provocou impactos no contrato em vigor, fruto do aumento dos custos em €3.458,10 no período entre a entrada em vigor do DL n.º 86-B/2016 e o término do contrato. -----

12. Por último a requerente requer que, caso não seja deferida a atualização extraordinária do preço contratual, à luz do disposto no n.º 4, do artigo 45º, do DL n.º 25/2017 e Portaria n.º 216/2017, seja deferido tal pedido de atualização do preço, com base no normativo consagrado no artigo 312º, com as consequências referidas no art. 314º, n.º 1, ambos do CCP, para assim garantir a reposição do equilíbrio financeiro do presente contrato. -----

13. Assim, sobre a matéria, cumpre informar o seguinte: -----

II - Do Direito -----

a) Da atualização extraordinária de preços -----

1. Ora, conforme já foi referido na Informação/Proposta n.º 172/2017, um dos requisitos previstos no artigo 45º, do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 03/03, e no artigo 2º, da Portaria n.º 216/17, de 20 de julho, é que a componente de mão-de-obra indexada à Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) tenha sido o fator determinante na formação do preço contratual. -----

2. De facto, o requisito supra enunciado deve ser densificado de duas formas distintas, a saber: -----

a) Por um lado, apenas deve ser considerada a mão-de-obra indexada à remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG), ou seja, aquela cuja fixação é feita por referência a esta última e cuja variação irá ter repercussões imediatas no valor auferido pelos trabalhadores. Assim sendo, um trabalhador que aufera uma remuneração superior à RMMG, que não esteja indexada a esta última não poderá ser tido em conta; -----

b) Por outro lado, e uma vez determinada a componente referida na alínea anterior, deve ficar comprovado que a mesma foi o fator determinante do preço contratual. -----

3. E, repare-se, que o legislador não exige, apenas, que a componente de mão-de-obra tenha sido um dos fatores determinantes. -----

4. De facto, o legislador exige que tal componente tenha sido "o fator determinante". -----

5. Ora, a requerente refere que os encargos com os colaboradores indexados à RMMG correspondem a 29.72% do preço anual pago à cocontratante. -----

6. Continuamos, pois, a não vislumbrar de que forma a mesma possa ser considerada como tendo sido "o fator determinante" na fixação do preço contratual. -----

7. Aliás, é a própria requerente que refere que a mão-de-obra foi "um fator determinante" na formação do preço", quando deveria ser, comprovadamente, "o fator determinante". -----

8. Considerando que o n.º 1, do artigo 45º, do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 03/03, não se limita a exigir o preenchimento de tal requisito,

determinando que o mesmo deve estar comprovado¹, reiteramos, salvo melhor opinião, que o pedido da requerente não poderá ser objeto de deferimento, por falta de um dos elementos determinantes para a aplicação do regime excecional de revisão de preços. -----

b) Da reposição do equilíbrio financeiro do contrato -----

1. A requerente solicita, subsidiariamente, que o pedido de atualização do preço seja feito com base no normativo consagrado no artigo 312º, com as consequências referidas no artigo 314º, ambos do Código dos Contratos Públicos, em vista a garantir a reposição do equilíbrio financeiro do contrato. -----

2. Atendendo ao ponto 13º, do respetivo requerimento, verifica-se que a requerente invoca, para este efeito, o motivo constante da alínea a), do artigo 312º, do CCP, ou seja, pelo facto das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar terem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato. -----

3. Ora, segundo Pires de Lima e Antunes Varela, para que o contrato possa ser modificado por alteração das circunstâncias, têm de ocorrer os seguintes requisitos: -----

a) Que tenha havido alteração das circunstâncias em que as partes decidiram contratar; -----

b) Que essa alteração seja anormal, considerando-se como anómala a que escapa à regra, a que produz um sobressalto, um acidente, no curso ordinário ou série natural dos acontecimentos; -----

c) Que a execução do contrato nessas circunstâncias cause um prejuízo significativo no património do adjudicatário; -----

d) Que esse prejuízo seja tal que a sua exigência nessas condições afetaria gravemente os princípios da boa-fé contratual; -----

e) Que esse prejuízo não caiba no risco normal do contrato. -----

4. Ora, salvo o devido respeito, e ainda que vencesse, aqui, por mera hipótese de raciocínio, a tese de que a atualização da RMMG, introduzida pelo Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 29 de Dezembro, consubstancia uma alteração anormal, imprevisível e não subsumível nos riscos próprios do contrato, não se conseguiria admitir, atendendo ao impacto financeiro de tal atualização, no contrato em causa, que a mesma tenha expressão suficiente para considerar que o cumprimento da mesma afeta "gravemente" o princípio da boa fé, ao ponto de justificar o recurso ao mecanismo previsto no artigo 312º, do CCP. -----

5. De facto, e como a requerente invoca no seu requerimento inicial, a atualização da RMMG implica um acréscimo anual de 1536,00€, valor que não nos parece, salvo melhor opinião, que tenha uma expressão financeira suficiente para colocar em causa, de forma grave, a boa-fé contratual, para efeitos do artigo 312º, do CCP, em especial, quando a atualização, em causa, foi introduzida pelo legislador nacional, sem qualquer tipo de intervenção desta Autarquia Local. -----

¹ "Nos contratos de aquisição de serviços com duração plurianual, celebrados em data anterior a 1 de janeiro de 2017, relativamente aos quais, comprovadamente, a componente de mão-de-obra indexada à Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) tenha sido o fator determinante na formação do preço contratual em data anterior a 1 de janeiro de 2017, relativamente aos quais, **comprovadamente**, a componente de mão-de-obra indexada à Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) tenha sido o fator determinante na formação do preço contratual (...) " -----

6. Tanto mais que a modificação objetiva de um contrato implica, sempre, o afastamento do princípio da estabilidade dos contratos, justificando-se, esta última situação, apenas nos casos em que exista uma profunda mudança das circunstâncias em que as partes se vincularam, tornando excessivamente oneroso o difícil para uma delas o cumprimento daquilo a que se encontra obrigada. -----

7. Sem descurar que a modificação do contrato deve, sempre, obedecer aos limites previstos no artigo 313º, do CCP, não podendo conduzir à alteração das prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato, nem configurar uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência garantida pelo CCP relativamente à formação do contrato, apenas sendo permitida quando *"seja objectivamente demonstrável que a ordenação das propostas avaliadas no procedimento de formação do contrato não seria alterada se o caderno de encargos tivesse contemplado essa modificação"*. -----

8. Razões, pelas quais, não nos parece, salvo melhor opinião, que estejam reunidos os requisitos necessários para o recurso ao mecanismo de modificação contratual previsto nos artigos 312º e seguintes, do CCP. -----

III - Da proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento do presente assunto para uma próxima reunião da Câmara Municipal de Chaves, em vista a que tal órgão executivo tome deliberação consubstanciada no indeferimento do pedido formulado pela requerente, muito concretamente, a atualização extraordinária do preço do contrato celebrado no dia 14/04/2016, tendo como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais, com base nas razões enunciadas no capítulo anterior, da presente proposta; -----

b) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 27 de dezembro de 2017 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 29.12.2017 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. MARIA OTÍLIA PEREIRA COELHO MOREIRA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº297/SHSDPC/N.º109/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2017.12.28-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.03. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 03.01.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. REVISÃO DO VALOR DAS RENDAS. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº285/SHSDPC/Nº105 /2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1.ENQUADRAMENTO-----

No pretérito dia 1 de março de 2015 entrou em vigor a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, relativa ao novo regime do arrendamento apoiado para habitação, cuja regulamentação veio revogar a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio (Regime transitório) e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro, e 166/93, de 7 de maio.-----

Decorrente da revogação de todos os diplomas que regiam esta matéria e da entrada em vigor do novo diploma legal, levou-se ao conhecimento do órgão executivo da Câmara Municipal de Chaves e de todos os municípios, a aplicação prática do novo regime face às alterações que o mesmo protagoniza em matéria de direitos e deveres dos arrendatários de fogos de habitação social. -----

Sequencialmente, procedeu-se à elaboração do Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal, de modo a definir os critérios de acesso e atribuição de habitações, em regime de arrendamento apoiado, por parte do Município de Chaves.-----

Decorrido um período de 20 meses da entrada em vigor da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro e após 18 meses da aprovação do Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal, entrou em vigor, no dia 1 de novembro de 2016, a primeira alteração à Lei supra identificada, consubstanciada na Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto. -----

2.FUNDAMENTAÇÃO-----

Em resultado da entrada em vigor do diploma legal que estabelece as alterações ao regime do arrendamento apoiado, são produzidas determinações que importa replicar na gestão do parque habitacional municipal, visando uma maior justiça social, mais abrangente e inclusiva.-----

Para além das alterações produzidas, disciplinadoras do processo de atribuição de fogos de habitação social, foram, igualmente, introduzidas orientações que relevam numa maior atenção à

especificidade dos problemas sociais, refletidas na alteração da forma de cálculo do rendimento mensal, tendo por base o rendimento líquido, em vez do rendimento bruto, contemplado no anterior diploma. O aumento na dedução ao cálculo do rendimento mensal corrigido, passando de 5% para 10% por cada elemento do agregado familiar com idade igual ou superior a 65 anos, ou ainda, a dedução de 20% do indexante dos apoios sociais, em caso de família monoparental, são alguns exemplos das alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto.-----

Refira-se que, estes fatores de ponderação nunca foram considerados na formula de cálculo contemplada na anterior legislação (Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de maio), entretanto revogada. -----

A obrigatoriedade de o senhorio proceder à reavaliação das circunstâncias que determinam o valor da renda realiza-se, no mínimo, a cada três anos, não sofreu, por parte dos supracitados diplomas legais, qualquer tipo de alteração, pelo que se impõe, como imperativo legal, concretizar a aplicação de tal determinação.-----

Assim,-----

Considerando que, as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, ao novo regime do arrendamento apoiado para habitação não produziram qualquer modificação à determinação do senhorio proceder à reavaliação das circunstâncias que determinam o valor da renda, pelo menos, a cada três anos;-----

Considerando que, a crise económica e financeira que ao longo dos últimos anos afetou, de forma particular, a economia nacional, com repercussões na emergência de novos e complexos problemas sociais, exigiu a adoção de novas formas de atuação dos serviços de apoio e proteção social;-----

Considerando que, a atual conjuntura socioeconómica propiciadora de um maior número de ofertas emprego e da restituição de apoios sociais, salários e pensões, deverá ser motivadora, entre outros aspetos, para a adoção dos legais e regulamentares procedimentos, em vista à apreciação das circunstâncias que determinam o valor da renda; -----

Considerando que, os dados macroeconómicos previstos para a economia Portuguesa para o ano de 2017, têm vindo a ser, sucessivamente, revistos em alta face ao crescimento imprevisível do PIB;-----

Considerando que, segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego em Portugal desceu para 8,8% no segundo trimestre deste ano; -----

Considerando que, este valor representa uma descida de 1,3 pontos percentuais em relação aos 10,1% registados nos primeiros três meses do ano e uma queda de 2 pontos percentuais no espaço de um ano, ou seja, em relação ao segundo trimestre de 2016;-----

Considerando que, comparativamente ao segundo trimestre de 2016 verificou-se uma diminuição de 17,5%, ou seja, a população desempregada diminuiu em 97,9 mil pessoas no espaço de um ano;-----

Considerando que, segundo o mesmo Instituto, a proporção de desempregados à procura de emprego há pelo menos 12 meses (desempregados de longa duração), baixou 4,9 pontos percentuais no espaço de um ano; -----

Considerando que, a primeira alteração à Lei n.º 81/2014, de 19 dezembro, materializada na Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, mantém, inalterada, as referencias/critérios de apreciação do valor da renda por iniciativa do senhorio;-----

Considerando que, a introdução de vários fatores de ponderação/abatimento ao cálculo da renda, tais como a monoparentalidade, a existência de um ou mais dependentes, ou, ainda, a existência de elementos do agregado familiar com idade igual ou

superior a 65 anos, poderá relevar numa diminuição do valor da renda de muitos arrendatários;-----

Considerando que, a responsabilização dos arrendatários, poderá passar por uma maior consciencialização dos valores da renda praticados, contribuindo assim para o esforço de consolidação orçamental e para uma maior equidade entre grupos sociais e etários;-----

Considerando a importância estratégica dos arrendatários obterem, por parte do Município de Chaves, um sentido de responsabilidade não apenas na melhoria, beneficiação e recuperação do parque habitacional, mas também, numa maior consciencialização das responsabilidades e compromissos contratuais entre os signatários.-----

3.DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

Em resultado da entrada em vigor da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, que estabelece o novo quadro legal do arrendamento apoiado, impõe-se como necessário proceder à reavaliação das circunstâncias que determinam o valor da renda, através da seguinte estratégia procedimental:-----

1 - Apreciação pela Chefe da Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Humanos e Ação Social, Dr.ª Paula Cabugueira, em vista a sancionar os fundamentos explanados que versam sobre o propósito de concretizar as principais orientações vertidas no artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, em especial na revisão do valor da renda de todos os arrendatários ;-----

2 - No âmbito do atual processo de revisão da renda, todos os arrendatários notificados, por via postal (registada), deverão entregar no Município de Chaves os elementos que este solicite e se mostrem adequados e necessários à verificação das circunstâncias que determinam a revisão da renda, no prazo máximo de 30 dias a contar da correspondente notificação, de acordo com o observado no n.º 4, do artigo 23.º, da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto;-----

3 - Quando da revisão da renda resulte o seu aumento e as comunicações do arrendatário tenham sido realizadas fora dos prazos previstos no número anterior, o Município de Chaves, deverá exigir o pagamento do montante correspondente a 1,25 vezes a diferença entre a renda paga e a renda que seria devida desde a data da alteração, conforme o disposto no n.º 7, do artigo 23.º, da retrocitada lei;-----

4 - Caso a presente informação venha a merecer de concordância superior, deverá a mesma ser remetida ao cuidado do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Marcelo Delgado, cujo parecer/decisão deverá, sequencialmente, ser remetida para o gabinete da Vereadora, Paula Chaves, para a emissão da competente decisão;----

5 - Caso a presente proposta de revisão do valor da renda, venha a merecer concordância superior, propõe-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião do órgão executivo municipal, de acordo com o disposto no artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, em vista à sua aprovação;-----

À consideração Superior.-----

O Técnico Superior-----

(Aureliano Moraes)-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2017.12.13-----

Visto. Concordo. A presente informação apresenta os fundamentos legais tendentes à revisão, por iniciativa do Município de Chaves, do valor das rendas, conforme o disposto no n.º3, do artigo 23, da Lei n.º

81/2014, de 19 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n. 32/2016, de 24 de agosto. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 08/01/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. MARIA JOSÉ VILARES MASCARENHAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº291/SHSDPC/N.º106/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2017.12.18-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 27.12.2017 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. SÓNIA MARIA TEIXEIRA DUARTE. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº294/SHSDPC/N.º108/2017. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2017.12.19-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 08.01.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. ARRENDATÁRIA EM PROCESSO DE NOTIFICAÇÃO JUDICIAL AVULSA (AÇÕES DE DESPEJO). ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº01/SHSDPC/N.º01/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.01.03-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 08/01/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. PLANO DE ATIVIDADES 2017-2018 - SETOR DE JUVENTUDE E DESPORTO INFORMAÇÃO Nº 158/2017. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Desporto constitui um dos fenómenos sociais com maior impacto no nosso tempo. A sua prática, corretamente desenvolvida, representa uma importante fonte de valorização das pessoas e da sua qualidade de vida. Por isso se consagrou internacionalmente a prática desportiva como um direito fundamental, mas também um elemento essencial da educação e da cultura no desenvolvimento das aptidões, da vontade e do auto controlo das pessoas humanas, visando a sua inserção social e o pleno desenvolvimento das suas capacidades. -----

2. A exemplo dos anos anteriores, o Município de Chaves, através do Setor de Juventude e Desporto pretende promover e desenvolver, na época 2017-2018 um conjunto de atividades recreativas e desportivas, destinadas a todas as faixas etárias da população do Concelho de Chaves. -----

3. Com a realização destas atividades é intenção do Município de Chaves aumentar a oferta desportiva no Concelho de Chaves visando a promoção da saúde e do bem-estar da população em geral. -----

4. A proposta para a presente época 2017/2018 contempla várias atividades desenvolvidas nos anos anteriores, com grande sucesso, enquadradas num projeto com visão global para o desporto no Concelho de Chaves; -----

5. Além das atividades a propor, o Município colabora anualmente na dinamização de diversos eventos desportivos levados a cabo pelas Associações e Clubes Desportivos do Concelho, a saber:-----

- i)----- Maratona de BTT - Rota do Presunto;
- ii)----- Corrida de São Silvestre;
- iii)-- Prova de Ciclismo - Circuito José Ferreira/BTT Clube de Chaves
- iv)----- Maratonas de Futsal "Cidade de Chaves";

- v) ----- Torneio de Voleibol "Cidade de Chaves"
vi) ----- Beach Games (Futebol, Voleibol e Futvôlei);
vii) ----- Concentração Motard;
viii) ----- Encontro de Carros Clássicos;
ix) ----- Encontro de Carros Minis;
x) ----- Prova de Atletismo " Aquae Flaviae Urban Trail";
xi) ----- Provas de Natação;
xii) Atividade de Airsoft - Clube de Praticantes "WolfPack Unit Airsoft"; -----
xiii) ----- Gala do Desporto do Alto Tâmega;
xiv) ----- Torneios de Futsal Masculino e Feminino;
xv) ----- Outras

6. Deste modo, alguns dos objetivos tidos em conta na elaboração do plano de atividades foram: -----

- i) Dar a conhecer a política desportiva pensada pelo município, de forma a dinamizar e fomentar a prática de atividade física e desportiva no Concelho; -----
ii) Apoiar os clubes e as associações que se preocupam com esta temática; -----
iii) Formar pessoas e futuros atletas, contribuindo para a realização plena destes; -----
iv) Fomentar a implantação no Concelho de programas desportivos que visem uma prática desportiva regular e contínua e à fruição de alguns dos seus espaços, despertando a população para a importância que advém da mesma; -----
v) Colocar à disposição da população do Concelho uma panóplia de atividades desportivas visando a ocupação dos tempos livres de uma forma saudável; -----
vi) Promover estilos de vida mais saudáveis permitindo assim melhorias na qualidade de vida.-----

7. Considerando que, a alínea f) do ponto 2 do artigo 23º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro determina que os Municípios dispõem de atribuições no domínio dos tempos livres e desporto, e que por sua vez o ponto 12 e 13 respetivamente, do artigo 19º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, estabelece como competências da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural, onde está inserido o Setor de Juventude e Desporto, conceber, propor e implementar projetos de dinamização desportiva para todos os escalões etários da população e colaborar com as coletividades desportivas do Concelho na implementação de projetos de dinamização desportiva. -----

8. Assim, propomos a realização das seguintes atividades para a época 2017/2018: -----

ATIVIDADES	DESTINATÁRIOS	DATA	LOCAL	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL	
				Aquisição de bens	Aquisição de Serviços
Atividade Física Sénior (atividade a decorrer, proposta nº 74/2017-DDSC/SJD)	População a partir dos 50 anos	18 de setembro de 2017 a 15 de junho de 2018 segundas, terças, quartas e quintas	Pavilhão e Piscina Municipal	3300,00€	700,00€

		das 17h30 às 18h30 Sábados das 16h30 às 17h30			
Corrida da Liberdade	População em geral	25 de abril de 2018	Ruas da Cidade e Ciclovia	5300,00€	1600,00€
Marcha da Liberdade	População em geral		Ruas da Cidade e Ciclovia		
Encontro Municipal de Futsal Infantil	Crianças dos 7 aos 12 anos		Pavilhão Municipal de Chaves		
15º Torneio de Futsal Inter-Freguesias do Concelho de Chaves	Atletas das Freguesias do Concelho de Chaves	Abril a Junho de 2018	Polidesportivos das Freguesias Pavilhão Municipal	850,00€	6350,00€
Caminhadas	População em geral	Maio a setembro de 2018	A designar	500,00€	500,00€
Escola de Atletismo de Chaves (em colaboração com o Hóquei Clube Flaviense e a Associação da Atletismo de Vila Real)	Crianças e Jovens do Concelho de Chaves	Outubro de 2017 a julho de 2018 Terças e quintas das 18h30 às 20h00	Pavilhão da Escola Francisco Gonçalves Carneiro	2500,00€	

9.De acordo com o referido Plano de Atividades, as estimativas orçamentais para a realização e implementação do mesmo é de 21.600,00€ (a este valor acresce o IVA à taxa legal em vigor). -----

10.Como metodologia a adotar, propomos que, atempadamente, antes da realização de cada atividade seja feita uma informação técnica, com a descrição e proposta de despesa de cada uma. Se ao longo da época o Município entender levar a efeito outras atividades proceder-se-á da mesma forma. -----

II - Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto e considerando que estas atividades são de interesse municipal, tomo a liberdade de propor ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Francisco Melo, o seguinte: -----

a)Aprovação da realização das atividades, pelo Setor de Juventude e Desporto, para a época 2017/2018, as quais constam no quadro sinótico do ponto nº 8 anterior; -----

b)Caso esta proposta seja aprovada, que a mesma seja encaminhada à próxima reunião de Câmara para conhecimento. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 03 de janeiro de 2018 -----

O Técnico Superior, -----

(Maciel Duque) -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.01.03. -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.03-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 05.01.2018 -----

Ciente. Concorde. Desenvolver para a realização de cada atividade o procedimento de inscrição orçamental do cabimento para posterior autorização da despesa. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. CONSTRUÇÃO DE PISCINA E EQUIPAMENTO DE APOIO, PEDIDO DE REEMBOLSO DAS TAXAS MUNICIPAIS - PROCESSO N.º 195/16 - ANTÓNIO & LILIANA

**RODRIGUES, LDA. - LUGAR DE SAINÇA, FREGUESIA DE OURA - INFORMAÇÃO DA
DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA
FERREIRA DATADA DE 18.12.2017.-----**

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1. Através do requerimento com o registo de entrada nos serviços municipais com o n.º 1835/17, referente ao processo n.º 195/16, o Sr.º António Manuel Monteiro Rodrigues, na qualidade de sócio gerente da sociedade, António & Liliana Rodrigues, Lda, solícita, a devolução do valor das taxas municipais devidas pela emissão de títulos administrativos relacionados, correspondentes a operação urbanística de edificação, consubstanciada, em obras de construção, de um "complexo lúdico" (piscinas e equipamento de apoio), situado no lugar de Sainça - Oura, freguesia de Oura, no concelho de Chaves.-----

2. ANTECEDENTES-----

2.1. Foi emitido em 19 de Outubro de 2016, o alvará de licença parcial de obras n.º 89/16, referente à construção de estrutura da obra em betão armado, destinado a complexo lúdico.-----

2.2. Alvará de licença especial de legalização n.º 64/17, para construção de um "complexo lúdico" (piscinas e equipamento de apoio), com a área de 2.010,15 m².-----

2.3. Aditamento n.º 21/17, sem aumento da área bruta de construção.--

2.4. Alvará de autorização de utilização n.º 114/17, para "complexo lúdico" (piscinas e equipamento de apoio).-----

3. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

3.1. O requerente solicita a devolução das taxas municipais, devidas pela emissão de títulos administrativos relacionados, correspondentes a operação urbanística de edificação, consubstanciada, em obras de construção, de um "complexo lúdico" (piscinas e equipamento de apoio).

3.2. Para a emissão do alvará de licença especial de legalização n.º 64/17, o requerente pagou o montante de 12.906,60 (doze mil novecentos e seis euros e sessenta cêntimos) e para emissão do aditamento n.º 21/17, o montante de 37, 95 (trinta e sete euros e noventa e cinco cêntimos), de acordo com os documentos receita DRI 00/2076 e DRI 00/3658, respetivamente.-----

3.3 - O valor das taxas municipais pagas pelo requerente, calculadas com o pedido de licenciamento, são de 12.940,55 (doze mil novecentos e quarenta euros e cinquenta e cinco cêntimos).-----

3.4- De acordo com o Contrato de concessão de benefícios tributários municipais, apenso ao processo, celebrado entre o Município e o Sr.º António Manuel Monteiro Rodrigues, na qualidade de sócio gerente da sociedade, António & Liliana Rodrigues, ficou estabelecido, na sua cláusula 3ª, que o ora requerente beneficia de uma redução de 75% do valor das taxas municipais devidas pela emissão de títulos administrativos relacionado com a operação urbanística de edificação.

3.5- Face ao que vem a ser dito, o ora requerente terá então de ser reembolsado do valor de 9.705,41 (nove mil setecentos e cinco euros e quarenta e um cêntimos), pago aquando do pedido de licenciamento da operação urbanística de edificação.-----

4. CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

4.1. Considerando, que o requerente pagou o montante de 9.705,41 (nove mil setecentos e cinco euros e quarenta e um cêntimos), aquando do pedido de licenciamento da operação urbanística de edificação, consubstanciada, em obras de construção, de um "complexo lúdico" (piscinas e equipamento de apoio).-----

4.2. Considerando, de acordo com o Contrato de concessão de benefícios tributários municipais, apenso ao processo, celebrado entre o Município e o Sr.º António Manuel Monteiro Rodrigues, na qualidade de sócio gerente da sociedade, António & Liliana Rodrigues, ficou estabelecido, na sua cláusula 3ª, que o ora requerente beneficia de uma redução de 75% do valor das taxas municipais devidas pela emissão de títulos administrativos relacionado com a operação urbanística de edificação.-----

5. PROPOSTA DE DECISÃO-----

5.1. Atendendo às razões de facto e de direito expostas, propõe-se o reembolso das taxas municipais pagas pelo requerente, no montante de 9.705,41 (nove mil setecentos e cinco euros e quarenta e um cêntimos), conforme documentos receita DRI 00/2076 e DRI 00/3658 e clausula 3.ª do contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Em anexo cópias do contrato de concessão de benefícios tributários municipais e dos documentos de receita.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.ª ANA ISABEL AUGUSTO, DE 22.12.2017:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no reembolso das taxas municipais pagas pelo requerente, no montante de 9.705,41€ (nove mil setecentos e quarenta e cinco e quarenta e um cêntimos), em conformidade com o previsto na Cláusula 3.ª do "CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS" celebrado em 10-10-2017 e nos documentos de receita DRI 00/2076 e DRI 00/3658.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.22. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2017-12-27. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES TITULADAS PELO ALVARÁ DE OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO N.º 229/14, PEDIDO DE RECEÇÃO - PROCESSO N.º 457/14 - NOS - COMUNICAÇÕES, S.A. - AVENIDA BRACARA AUGUSTA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 02.01.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do email de 19-12-2016, registado nesta unidade orgânica com o nº 2358/16, em 29-12-2016, a promotora solicita a liberação da caução, prestada, em numerário e destinada a garantir a boa e regular execução de Infraestruturas subterrâneas, no valor de € 600

(seiscentos euros), no arruamento a seguir mencionado, as quais consistiram nos seguintes trabalhos:-----

-Avenida Brácara Augusta - Execução da rede de Telecomunicações, na extensão de 3 m e instalação de 1 Tubo de Subida de 3 m.-----

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar do pedido, proferido por despacho do chefe de Divisão de Gestão e Ordenamento do Território, Srº Engº Civil João Geraldês, datado de 09-05-2017, a interessada apresenta os seguintes elementos:-----

-CD com o traçado final das obras de Telecomunicações;-----

-Traçado final, à escala 1/1000 das obras de Telecomunicações executadas;-----

-Documento Receita, com o Nº DRI 00/3609, emitido em 13 de setembro de 2017.-----

1.3-Sob o requerimento registado com o nº 8/18, a interessada apresenta novo CD, com o traçado da conduta, pese embora não se encontre com os níveis de informação de acordo com o disposto no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, o mesmo encontra-se georeferenciado.-----

2-ANTECEDENTES-----

Em 19-11-2014, foi emitido o Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 229/14 o qual titulou o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para a construção de Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações, no arruamento supra referido.-----

3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9.-----

3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

A pretensão da interessada enquadra-se ainda no disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----

No seguimento do pedido da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos:-----

4.1-Realização no dia 18 de dezembro de 2017, de uma vistoria técnica às Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, na Avenida Brácara Augusta, na cidade de Chaves.-----

4.2-Dar a conhecer à promotora, a fim de a mesma integrar a comissão de vistorias.-----

5-PARECER-----

Por leitura do Auto lavrado após vistoria, conclui-se que as obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 229/14, são passíveis de serem objecto de receção.-----

6-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adopte as seguintes resoluções:-----

6.1-Que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de receção das obras de urbanização tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 229/14.-----

6.2-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 27º do dispositivo legal referido no anterior parágrafo, conjugado com o nº 5 do artigo 54º do RJUE, a caução prestada em numerário, no valor de € 600 (seiscentos euros), poderá ser liberada.-----

6.3-Neste contexto, propõe-se que o presente processo registado com o nº 457/14 seja encaminhado à Divisão de Gestão Financeira para a liberação do montante de **€ 600 (seiscentos euros)**, correspondente ao valor da caução prestada em numerário, através da guia, com o Serviço Emissor - DAF.02, Tipo 1, Número 251, constante no processo a folha nº 85.-----

6.4-Notificar a promotora do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria e da presente informação técnica. À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 02.01.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar deliberação consubstanciada no deferimento do pedido de receção das obras de urbanização em causa e na libertação da caução prestada pela promotora em 19 de novembro de 2014, em numerário, a favor do Município de Chaves, no montante de 600,00€ (seiscentos euros), conforme documento de receita em anexo.-----

Sequencialmente, sou a propor que sejam executadas as formalidades enunciadas nos itens 6.3 e 6.4 desta informação.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018-01-05. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES TITULADAS PELO ALVARÁ DE OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO N.º 88/17, PEDIDO DE RECEÇÃO - PROCESSO N.º 541/16 - NOS - COMUNICAÇÕES, S.A. - LARGO 8 DE JULHO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.^a CONCEIÇÃO REI DATADA DE 19.12.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do email de 19-12-2016, registado nesta unidade orgânica com o nº 1909/16, em 25-10-2017, a promotora solicita a liberação da caução, prestada, em numerário e destinada a garantir a boa e regular execução das Infraestruturas subterrâneas no valor de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), nos arruamentos a seguir mencionados, as quais consistiram nos seguintes trabalhos: -----

-Largo 8 de Julho - Passagem de cabos em infraestruturas existentes de Telecomunicações, na extensão de 70 m;-----

-Rua 1º de dezembro - Passagem de cabos em infraestruturas existentes de Telecomunicações, na extensão de 70 m.-----

2-ANTECEDENTES-----

Em 02-08-2017, foi emitido o Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 88/17, o qual titulou o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para a passagem de cabos em Infraestruturas existentes, nos arruamentos supra referidos.-----

3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9.-----

3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

A pretensão da interessada enquadra-se ainda no disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----

No seguimento do pedido da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos:-----

4.1-Realização no dia 18 de dezembro de 2017, de uma vistoria técnica às Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, no Largo 8 de Julho e na Rua 1º de Dezembro, da cidade de Chaves. -----

4.2-Dar a conhecer à promotora, a fim de a mesma integrar a comissão de vistorias.-----

5-PARECER-----

Por leitura do Auto lavrado após vistoria, conclui-se que as obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº88/17 são passíveis de serem objecto de recepção. -----

6-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adopte as seguintes resoluções:-----

6.1-Que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de recepção das obras Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 88/17.-----

6.2-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 27º do dispositivo legal referido no anterior parágrafo, a caução poderá ser liberada.-----

6.3-Neste contexto, propõe-se que o presente processo registado com o nº 541/16 seja encaminhado à Divisão de Gestão Financeira para a liberação do montante de **€ 636 (seiscentos e trinta e seis euros)**, correspondente ao valor da caução prestada em numerário, através da guia emitida pela DAF.02, em 27-07-2017, com Nº 2017/1/146, constante no processo a folha nº 160.-----

6.4-Notificar a promotora do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria e da presente informação técnica.- À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 02.01.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar deliberação consubstanciada no deferimento do pedido de recepção das

obras de urbanização em causa e na libertação da caução prestada pela promotora em 19 de novembro de 2014, em numerário, a favor do Município de Chaves, no montante de 636,00€ (seiscentos euros), conforme documento de receita em anexo.-----

Sequencialmente, sou a propor que sejam executadas as formalidades enunciadas nos itens 6.3 e 6.4 desta informação.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018-01-08. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES TITULADAS PELO ALVARÁ DE OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO N.º 63/15, PEDIDO DE RECEÇÃO - PROCESSO N.º 417/14 - NOS - COMUNICAÇÕES, S.A. - RUA DO PARAÍSO/RUA MANUEL JOSÉ LEITÃO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 18.12.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do email de 19-12-2016, registado nesta unidade orgânica com o n.º 2313/16, em 22-12-2016, a promotora solicita a liberação da caução, prestada, em numerário e destinada a garantir a boa e regular execução de obras de Telecomunicações, tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público n.º 63/15, no valor de € 600 (seiscentos euros), as quais consistiram nos seguintes trabalhos:-----

- Rua do Paraíso - Execução da rede de Telecomunicações, na extensão de 1 m e instalação de 1 Armário;-----

- Rua Manuel José Leitão - Instalação de 1 Armário.-----

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar do pedido, proferido por despacho do do chefe de Divisão de Gestão e Ordenamento do Território, Sr.º Eng.º Civil João Geraldês, datado de 09-05-2017, a interessada apresenta os seguintes elementos:-----

-CD com o traçado final das obras de Telecomunicações;-----

-Traçado final, à escala 1/1000 das obras de Telecomunicações executadas;-----

-Documento Receita, com o N.º DRI 00/3610, emitido em 13 de setembro de 2017.-----

2-ANTECEDENTES-----

Em 21-04-2015, foi emitido o Alvará de Ocupação do Domínio Público N.º 63/15, o qual titulou o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para a construção de Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações, nos arruamentos supra referidos.-----

3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no n.º 1 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9.-----

3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

A pretensão da interessada enquadra-se ainda no disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----

No seguimento do pedido da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos:-----

4.1-Realização no dia 18 de dezembro de 2017, de uma vistoria técnica às Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, na rua do Paraíso e na rua Manuel José Leitão, em Chaves.

4.2-Dar a conhecer à promotora, a fim de a mesma integrar a comissão de vistorias.-----

5-PARECER-----

Por leitura do Auto lavrado após vistoria, conclui-se que as obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 63/15, são passíveis de serem objecto de recepção.-----

6-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adopte as seguintes resoluções:-----

6.1-Que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de recepção das obras de urbanização tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 63/15.-----

6.2-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 27º do dispositivo legal referido no anterior parágrafo, conjugado com o nº 5 do artigo 54º do RJUE, a caução prestada em numerário, no valor de € 600(seiscentos euros), poderá ser liberada.-----

6.3-Neste contexto, propõe-se que o presente processo registado com o nº 417/14 seja encaminhado à Divisão de Gestão Financeira para a liberação do montante de **€ 600 (seiscentos euros)**, correspondente ao valor da caução prestada em numerário, através da guia, com o Serviço Emissor - DAF.02, Tipo 1, Número 69, constante no processo a folha nº 146.-----

6.4-Notificar a promotora do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria e da presente informação técnica. À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.ª ANA ISABEL AUGUSTO, DE 02.01.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar deliberação consubstanciada no deferimento do pedido de recepção das obras de urbanização em causa e na libertação da caução prestada pela promotora em 19 de novembro de 2014, em numerário, a favor do Município de Chaves, no montante de 600,00€ (seiscentos euros), conforme documento de receita em anexo.-----

Sequencialmente, sou a propor que sejam executadas as formalidades enunciadas nos itens 6.3 e 6.4 desta informação.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018-01-08. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E CONSTRUÇÃO DE ANEXOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 727/17 - MÁRIO TORRES SEVIVAS - TRAVESSA DE SANTA ANA, N.º 2, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 22.12.2017.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1 - INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 1861/17, referente ao processo n.º 727/17, o Sr.º Mário Torres Sevivas, na qualidade de proprietário, solicita, um pedido de aprovação de projeto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de ampliação² de uma habitação unifamiliar e da construção³ de anexos (lic.ª inicial n.º 126/84), situada na Travessa de Santa Ana, n.º2, freguesia de Outeiro Seco no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão das Finanças, o prédio urbano tem a área total 1.919,35 m², está inscrito na matriz com o n.º 814, da freguesia de Outeiro Seco.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Licença n.º 126/84, para construção de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar com a área de 234,75 m²";-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão das Finanças; -----
- Extratos das plantas de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Planta de localização à escala 1:2 000;-----
- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10 000;-----
- Planta de consulta à escala 1:2 000;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto e dos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Comprovativo de inscrição dos técnicos em associação pública de carater profissional;-----

² «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

³ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;---

- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Fotografias;-----
- Ficha de Medição;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:200;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 200;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos;-----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Corte transversal e longitudinal à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Desenho de alterações;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Termo de responsabilidade do projeto acústico;-----
- Termo de responsabilidade do estudo de comportamento térmico;-----
- Fatura de energia elétrica;-----
- Fatura do telefone;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), por se reportar à legalização das obras de ampliação e construção de uma habitação unifamiliar e anexos.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47 A, o terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende a legalização da ampliação de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar, com a área bruta de construção de 242,45 m². Pretende ainda legalizar a construção de um anexo de apoio com a área de 67,00 m².-----

5.2- O processo está instruído de acordo com o n.º 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, ou seja, com os projetos de estabilidade, águas pluviais, abastecimento de água e águas residuais, termos de responsabilidade do projeto acústico e térmico. No que diz respeito á luz e telefone é apresentada fatura.-----

5.3- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2017-11-23, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 163", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

5.4- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar e anexos, objeto de pedido de legalização das obras de ampliação e construção, respetivamente.-----

5.5- A habitação unifamiliar que se pretende legalizar as obras de ampliação, é uma preexistência, pelo facto de estar devidamente

licenciado, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 5⁴ do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

5.6- O imóvel principal destina-se a habitação unifamiliar, possui 2 pisos (r/chão e andar). O imóvel secundário destina-se a arrumos/cozinha regional e são servidos por arruamento público;-----

5.7-A edificação principal e anexos existentes e a legalizar, têm uma área bruta de construção de 309,45 m², o que implica um índice de utilização (Iu) de 0,16 m²/m², que resultam da aplicação da seguinte fórmula: área bruta de construção/área do terreno = 309,45 m²/1 919,35 m² = 0,16 m²/m².-----

5.8- A operação urbanística, que se pretende legalizar, integra-se com naturalidade na envolvente, possui razoáveis condições de habitabilidade, sendo certo, que se trata de uma construção dos anos 80, que mantém as características da década em que foi construída. Não põe em causa a criação de rede viária estruturante, nem comporta sobrecarga excessiva nos sistemas e redes, pelo facto de se manter a tipologia existente.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1-O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com o n.º 3, do artigo 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 63,50 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 190,65 euros.-----

7.3-O valor total das taxas a liquidar é assim de 254,15 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1-Considerando que o edifício principal e anexo de apoio, situa-se em local, onde predominam esta tipologia de construções, encontra-se em bom estado de conservação, não desvirtuando a envolvente em que se insere.-----

8.2- Considerando que a construção respeita os afastamentos existentes na envolvente imediata, os alinhamentos à via pública com a qual confronta e o índice de utilização do solo, ao propor um índice de 0,16 m²/m².-----

⁴ Artigo 5º - Preexistências-----

1 - Para efeitos do presente Regulamento consideram-se preexistências as actividades, explorações, instalações, edificações, equipamentos ou quaisquer atos que, executados ou em curso à data de entrada em vigor do Plano Diretor Municipal, cumpram nesse momento qualquer das seguintes condições:-----

a) Não carecerem de qualquer licença, aprovação ou autorização, nos termos da lei;-----

b) Estarem licenciados, aprovados ou autorizados pela entidade competente, nos casos em que a lei a tal obriga, e desde que as respetivas licenças, aprovações ou autorizações não tenham caducado ou sido revogadas ou apreendidas.-----

8.3- Considerando que as obras a legalizar respeitam os artigos 18.º e 19.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves.-----

8.4 - Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a cubos de granito, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.5- Considerando que o imóvel mantém o uso preexistente, para habitação unifamiliar, que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista;-----

8.6 Considerando que da vistoria realizada, resultou, não haver necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º 3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.7- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências (1984). Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido ampliado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

9.1.1- Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102.º-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

9.1.2- Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

9.1.3- Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação da habitação unifamiliar e da construção de anexos, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²) - aumento de área de 74,70 m²-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

QUADRO II				
		s/n	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,26	0,00
	- Betão betuminoso	0	0,16	0,00

	- Granito (calçada a cubos)	1	0,22	0,22
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,10	0,00
	- Betão	0	0,22	0,00
REDE DE ÁGUA		1	0,26	0,26
REDE DE ESGOTOS		1	0,37	0,37
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,51	0,00
C - custo das obras existentes na via pública			0,85	
A - área bruta da obra a realizar (ampliação)			74,7	m ²
Ampliações de moradias unifamiliares existentes, desde que a área bruta de construção seja superior a 20 m ²				
- n.º 3 do artigo 25.º				
T = C x A		T = 63,50 €		

- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subsecção IV)-----

Descrição		Taxa	Valor
Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará		37,95 €
n.º 2	Para habitação unifamiliar por fogo		
a)	Até 250 m2	1	74,20€ 74,20 €
n.º11	Anexo referente a edificio acresce ao valor por m ²	67,00	1,00 € 67,00 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,50€ 11,50 €
TOTAL			190,65 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 63,50 € + 190,65 € = 254,15 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 02.01.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a dotar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa.- À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018-01-08. -----

À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS URBANÍSTICAS CONSTANTES DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS DEVIDAS PELA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.^a CONCEIÇÃO REI DATADA DE 04.01.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-ENQUADRAMENTO-----

O Regulamento⁵ de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela Realização de Operações Urbanísticas encontra-se em vigor desde o ano de 2011, constando as referidas taxas de uma tabela anexa ao referido regulamento.-----

Prevê o Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela Realização de Operações Urbanísticas, no seu artigo 5º - Actualização: "1. As taxas previstas na tabela anexa serão actualizadas, ordinária e anualmente, em função da taxa de inflação publicada pelo Instituto Nacional de estatística (por aplicação do índice de Preços ao consumidor, sem habitação) relativa ao período de Novembro a Outubro, inclusive, dos exercícios anteriores àquele em que a actualização produzirá efeitos.-----

2.A actualização a que alude o número anterior deverá ser feita nos documentos previsionais.-----

3.Os valores resultantes da actualização efectuada nos termos do número 1 serão arredondados para a segunda casa decimal para o múltiplo de 0,05 € mais próximo.-----

4.Sem prejuízo das actualizações anuais previstas no número 1, o Município pode proceder à actualização dos valores das Taxas Municipais sempre que o considere justificado, mediante a fundamentação económico-financeira subjacente, nos termos previstos na Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro.-----

5.As taxas que resultem de quantitativos fixados por disposição legal especial serão actualizadas de acordo com os coeficientes legalmente estabelecidos."-----

2-PROPOSTA-----

Com vista a dar cumprimento ao estatuído no artigo 5º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela Realização de Operações Urbanísticas, em vigor no concelho de Chaves, a Divisão de Gestão e ordenamento do território, na qualidade de unidade orgânica responsável pela aplicação das referidas taxas, procedeu à actualização das taxas administrativas constantes da respectiva Tabela anexa ao referido Regulamento, em função da taxa de inflação publicada pelo INE, por aplicação do índice de preços ao consumidor sem habitação, relativa ao período de Novembro e Outubro dos exercícios anteriores àqueles em que a actualização produzirá efeitos, tudo isto, conforme documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação.-----
 Neste contexto, e no sentido dos serviços municipais competentes poderem passar a aplicar as taxas para o ano económico em curso

⁵ Publicitado no Diário da República, 2ª Série - Nº 63, com a denominação " Regulamento nº 314/2010"-----

previstas em tal Regulamento Municipal, devidamente actualizadas, deverá o presente assunto ser levado ao conhecimento do Srº Diretor de Departamento de Coordenação Geral, do Srº Presidente da Câmara e do órgão executivo camarário.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.ª ANA ISABEL AUGUSTO, DE 05.01.2018:-----

Visto. Atento o teor da presente informação, sou a propor que superiormente seja adotada a decisão nos termos e para os efeitos sugeridos no ponto "2 - PROPOSTA".-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018-01-08. -----

À Reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.9. OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO - PROCESSO N.º 316/16 - VODAFONE PORTUGAL, COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A. - AVENIDA DA TRINDADE, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 29.12.2017.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o nº 780/16, em 27-04-2016, a interessada por intermédio da sua representante legal, Eurico Ferreira, S.A, solicita a licença de ocupação de domínio público, para construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas na Avenida da Trindade, para realização dos seguintes trabalhos:-----

-Abertura de vala numa extensão total de 68 ml (54 ml no passeio e 14 ml na faixa de rodagem).-----

-Passagem subterrânea de tubo do tipo PEAD 125 mm, na extensão de 68 m;-----

1.2-O pedido encontra-se instruído com os seguintes elementos: ----

-Procuração, na qual a Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A, constitui sua mandatária, a empresa Eurico Ferreira, S.A;-----

-Declaração de responsabilidade a que se refere o Anexo III do Regulamento nº 732/2015, o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação (RMUE);-----

-CD;-----

-Memória Descritiva;-----

-Plantas com a zona de intervenção de passagem de cabos com a identificação e quantificação das caixas de visita objecto de intervenção;-----

-Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto ITUR/Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Electrónicas e do director técnico da obra, Engº Téc. José Carlos da

Conceição Ribeiro, acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão e da declaração da Ordem dos Engenheiros Técnicos;-----
 -Plano de segurança e saúde;-----
 -Termo de responsabilidade do técnico superior de higiene e segurança, Luís Miguel Bernardo Monteiro, responsável de segurança da empresa Eurico Ferreira, S.A, acompanhado do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE e da fotocópia do Cartão de Cidadão;-----
 -Medições e Orçamento;-----
 -Alvará de construção nº 3576, emitido em nome da Sociedade anónima, Eurico Ferreira, S.A;-----
 -Condições particulares da apólice de seguro nº 0002609878, de responsabilidade civil, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A;-----
 -Condições particulares da apólice de seguro nº 0002661830, de Acidentes de Trabalho, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A;-----
 -Livro de obra;-----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3º6 do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, estão sujeitas a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 4º7, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 1º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8º8 e 9º do mesmo diploma legal.-----

6 Artigo 3º - Licença Municipal-----

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35º e 36º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

7 Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

8 Artigo 8º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

a) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----

PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-Parecer favorável da Sr^o Eng^a Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 07-06-2016;

-Parecer favorável do Sr^o Eng^o Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade., emitido em 01-06-2016.-----

3-PARECER-----

3.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a construção de novas infraestruturas que consistem na instalação de tubagem em vala, com uma extensão de 68 metros (54 m sob o passeio e 14 m sob a faixa de rodagem), a serem realizados na Avenida do Trindade, situada na freguesia de Santa Cruz/Trindade, concelho de Chaves.-----

De acordo com os trabalhos a realizar deve a requerente prestar caução, pelo exposto no n^o 2 do artigo 5^o do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

Mediante o parecer da Divisão de Obras Públicas, datado de 07-03-2016, o valor da caução é de € 2 862 (dois mil oitocentos e sessenta e dois euros), com IVA incluído.-----

3.2-Pese embora a calendarização proposta para a realização dos trabalhos seja somente de 5 dias, somos de entendimento que o prazo para a realização das obras seja de **30 dias** (primeira condição de licenciamento).-----

3.3-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - **30 dias;**-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-Prestação de caução no valor de € 2 862 (dois mil oitocentos e sessenta e dois euros), com IVA incluído;-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

3.4-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas e ao Sr^o Eng^o Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

4-PROPOSTAS-----

4.1-Face ao mencionado no anterior capítulo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento da construção de novas infraestruturas para instalação de rede de Distribuição de Televisão por Cabo, nos termos do disposto no artigo 5^o do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Cálculo das taxas de licenciamento-----**Dados Gerais:-----**

-Extensão da vala - 68 ml-----

-Tipo de obra - Instalação da rede de Distribuição de Televisão por Cabo.-----

Cálculo:-----

b) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

Pela emissão da licença:-----
 -Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17º).....52,95 €-----
 -Emissão de licença (Artigo 18º)10,60 €
 -Por cada período de 30 dias (alínea a) do Artigo 21º).....3,15 €
 Pela ocupação do solo ou subsolo:-----
 -Com tubos, condutas e cabos condutores, por ml e por ano (n° 8 do artigo 20º).....68,00 €
 TOTAL A PAGAR.....**134,70 €**

4.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, com o prazo para conclusão das obras de 30 dias, desde que a interessada apresente os comprovativos em como os seguros se encontram válidos, nos termos do n° 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

4.3.1- Envio de um exemplar do processo n° 316/16, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar ao Srº Engº Nuno Bento, a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

4.3.2-Envio da fotocópia do requerimento n° 780/16, acompanhada da Planta de Localização e Fotografia aérea, constantes no processo a folha n° 26 e n° 27, respetivamente e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

4.4-Após a emissão⁹ do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, DOP, DRO e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na DPM, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento.-----

4.5-Concluídas as obras de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção provisória das mesmas, nos termos do disposto no artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo apresentar os traçados finais das referidas infraestruturas em formato digital, de acordo com o estabelecido no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, actualmente em vigor.-----

4.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, de acordo com o disposto no n°8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

4.7 -Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos da DOP e da DPM.-----
 À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 05.01.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.

⁹ **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no deferimento do pedido em causa, com as condições de licenciamento mencionadas no item 3.3 e nos termos e para os efeitos sugeridos no item "4-PROPOSTAS" desta informação.----
À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018-01-08. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO - PROCESSO N.º 317/16 - VODAFONE PORTUGAL, COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A. - AVENIDA DA TRINDADE, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 29.12.2017.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o nº 781/16, em 27-04-2016, a interessada por intermédio da sua representante legal, Eurico Ferreira, S.A, solicita a licença de ocupação de domínio público, para construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas na Avenida da Trindade, para realização dos seguintes trabalhos:-----

-Abertura de vala numa extensão total de 65 ml (54 ml no passeio e 11 ml na faixa de rodagem em betão betuminoso).-----

-Passagem subterrânea de tubo do tipo PEAD 125 mm, na extensão de 65m;

-Construção de uma caixa de visita (NR1) no passeio, com as dimensões interiores - 0,5 x 0,50 x 0,70 (Larg. X Comp. X Prof.) m.-----

1.2-O pedido encontra-se instruído com os seguintes elementos:-----

-Procuração, na qual a Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A, constitui sua mandatária, a empresa Eurico Ferreira, S.A;-----

-Declaração de responsabilidade a que se refere o Anexo III do Regulamento nº 732/2015, o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação (RMUE);-----

-CD;-----

-Memória Descritiva;-----

-Plantas com a zona de intervenção de passagem de cabos com a identificação e quantificação das caixas de visita objecto de intervenção;-----

-Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto ITUR/Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Electrónicas e do director técnico da obra, Engº Téc. José Carlos da Conceição Ribeiro, acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão e da declaração da Ordem dos Engenheiros Técnicos;-----

-Plano de segurança e saúde;-----

-Termo de responsabilidade do técnico superior de higiene e segurança, Luís Miguel Bernardo Monteiro, responsável de segurança da empresa

Eurico Ferreira, S.A, acompanhado do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE e da fotocópia do Cartão de Cidadão;-----
 -Medições e Orçamento;-----
 -Alvará de construção nº 3576, emitido em nome da Sociedade anónima, Eurico Ferreira, S.A;-----
 -Condições particulares da apólice de seguro nº 0002609878, de responsabilidade civil, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A;-----
 -Condições particulares da apólice de seguro nº 0002661830, de Acidentes de Trabalho, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A;-----
 -Livro de obra;-----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3º10 do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, estão sujeitas a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 4º11, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 1º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8º12 e 9º do mesmo diploma legal.-----

PARECERES INTERNOS-----

10 Artigo 3º - Licença Municipal-----

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35º e 36º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

11 Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

ii) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

12 Artigo 8º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

c) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----

d) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-Parecer favorável da Sr^o Eng^a Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 02-06-2016;-
-Parecer favorável do Sr^o Eng^o Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade., emitido em 01-06-2016.-----

3-PARECER-----

3.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a construção de novas infraestruturas que consistem na instalação de tubagem em vala, com uma extensão de 65 metros (54 m sob o passeio e 11 m sob a faixa de rodagem) e na construção de uma caixa de visita (NR1) no passeio, a serem realizados na Avenida do Trindade, situada na freguesia de Santa Cruz/Trindade, concelho de Chaves.-----

De acordo com os trabalhos a realizar deve a requerente prestar caução, pelo expresse no n^o 2 do artigo 5^o do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

De acordo com o parecer da Divisão de Obras Públicas, datado de 07-03-2016, o valor da caução é de € 2 935,14 (dois mil novecentos e trinta e cinco euros e catorze cêntimos), com IVA incluído.-----

3.2-Pese embora a calendarização proposta para a realização dos trabalhos seja somente de 5 dias, somos de entendimento que o prazo para a realização das obras seja de **30 dias** (primeira condição de licenciamento).-----

3.3-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - **30 dias;**-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-Prestação de caução no valor de € 2 935,14 (dois mil novecentos e trinta e cinco euros e catorze cêntimos), com IVA incluído;-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

3.4-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas e ao Sr^o Eng^o Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

4-PROPOSTAS-----

4.1-Face ao mencionado no anterior capítulo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento da construção de novas infraestruturas para instalação de rede de Distribuição de Televisão por Cabo, nos termos do disposto no artigo 5^o do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Cálculo das taxas de licenciamento-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da vala - 65 ml-----

-Tipo de obra - Instalação da rede de Distribuição de Televisão por Cabo.-----

Cálculo:-----

Pela emissão da licença:-----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17^o)52,95 €-----

-Emissão de licença (Artigo 18^o)10,60 €

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do Artigo 21º).....3,15 €
 -Pela ocupação do solo ou subsolo:-----
 -Com outras construções ou instalações no subsolo, por m2 e por ano
 (nº 3 do Artigo 20º).....10,60 €
 -Com tubos, condutas e cabos condutores, por metro linear e por ano
 (nº8 do artigo 20º).....65,00 €
 TOTAL A PAGAR.....**142,30 €**

4.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, com o prazo para conclusão das obras de 30 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

4.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 317/16, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar ao Srº Engº Nuno Bento, a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

4.3.2-Envio da fotocópia do requerimento nº 781/16, acompanhada da Planta de Localização, constante no processo a folha nº 25 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

4.4-Após a emissão¹³ do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, DOP, DRO e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na DPM, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento.-----

4.5-Concluídas as obras de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção provisória das mesmas, nos termos do disposto no artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo apresentar os traçados finais das referidas infraestruturas em formato digital, de acordo com o estabelecido no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, actualmente em vigor.-----

4.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, de acordo com o disposto no nº 3 e nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

4.7 -Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos da DOP e da DPM.-----
 À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 05.01.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no deferimento do pedido em causa, com

¹³ **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

as condições de licenciamento mencionadas no item 3.3 e nos termos e para os efeitos sugeridos no item "4-PROPOSTAS" desta informação.----
À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral,
Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018-01-08. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO - PROCESSO N.º 346/16 - MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. - FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 29.12.2017.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 836/16, em 02-05-2016, a interessada solicita licença de ocupação de espaço público para a realização dos seguintes trabalhos:-----

- i) Instalação de condutas, na extensão de 144 m, nos arruamentos mencionados no Quadro, constante no processo a folha n.º 42;-----
- ii) Instalação subterrânea de tubo de diâmetro de 110 mm, na extensão de 146 m;-----
- iii) Construção de três caixas de visita permanente CVP do Tipo NR2, com as dimensões interiores 75 x 120 x 120 (Larg. X Comp. X Prof.) cm;
- iv) Instalação de dois postes de betão de altura 9,0 m;-----
- v) Instalação de dois postes de madeira de 8 m;-----
- vi) Instalação de cabos e juntas de fibra ótica, para substituição da rede subterrânea e aérea de cobre existente.-----

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar, dado por despacho do então Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Sr.º Arqt.º Castanheira Penas, de 22-06-2016, a interessada sob o requerimento registado com o n.º 1698/16, apresenta os seguintes elementos:-----

-Declaração de Aceitação da Coordenação de Segurança em Projeto.-----
-Livro de obra, para efeito de abertura e autenticação pelos serviços administrativos.-----

-Condições Particulares, emitida pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, referente a um seguro de responsabilidade civil, cuja apólice de seguro possui o n.º 0003124751
-Comprovativo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho, emitido pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, em nome segurado, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda, cuja apólice possui o n.º 0003142187.-----

1.3-Sob o requerimento registado com o n.º 1698/16, o representante da interessada, Sr.º Eng.º Fernando Manuel Parente de Sousa, menciona ainda que os 3 CDs solicitados serão entregues, logo que elaboradas as plantas, georreferenciadas, em causa e efectuada a conversão para as

coordenadas para o Sistema de referência PT-TM06/ETRS89, em acordo com o disposto no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 3º¹⁴ do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações e a abertura de valas, são trabalhos que estão sujeitos a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 4º¹⁵, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13º¹⁶ do Decreto-

¹⁴ Artigo 3º - Licença Municipal-----

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35º e 36º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

¹⁵ Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

iii) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

¹⁶ Artigo 13º Direito de acesso a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas-----

1-As entidades referidas no artigo 2º estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações electrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumbe.-----

2-O acesso referido no nº anterior deve ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos, nos termos do artigo 19º.--

3-Os procedimentos para a obtenção do direito de acesso devem ser céleres, transparentes e adequadamente publicitados, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 20 dias após a efectiva receção do pedido de acesso, nos termos do nº 2 do artigo 20º.-----

4-Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo das autarquias locais é devida a taxa a que se refere o artigo 106º da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei nº 5/2004, de 10/2, não sendo, neste caso, cobrada qualquer outra taxa, encargo, preço ou remuneração.-----

5-Aos casos referidos no nº anterior não é aplicável o disposto no artigo 19º do Decreto-Lei nº 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 258/2009, de 25/9.-----

Lei n° 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n° 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8º¹⁷ e 9º do mesmo diploma legal. -----

3-INSTRUÇÃO DO PROCESSO-----

-Requerimento;-----
 -Memória Descritiva;-----
 -Declaração de responsabilidade da TNORD-Tech, S.A, a que se refere o Anexo III do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, assinada por Nuno André Barbosa de Andrade, acompanhada com fotocópia do seu Cartão de Cidadão;-----
 -Índice;-----
 -Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto ITUR/Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Electrónicas, Engº eletrotécnico Carlos Manuel Cardoso Vilar, acompanhados da fotocópia do Cartão de Cidadão, da declaração da Ordem dos Engenheiros;-----
 -Termo de responsabilidade de execução do Engº Téc. Telmo António da Rocha Ribeiro, acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão;-----
 -Calendarização de trabalhos;-----
 -Estimativa Orçamental;-----
 -Planta da Instalação do poste, à escala 1/1000 -----
 -Planta da Zona de Intervenção;-----
 -Pontos de Intervenção;-----
 -Plano de segurança e Saúde;-----
 -Condições particulares da apólice de seguro n° 0003124751, de responsabilidade civil, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
 -Alvará de construção n° 3631, emitido em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----
 -Locais de Intervenção - Passagem de Cabos e localização das Juntas de fibra ótica;-----
 -Elementos apresentados sob o requerimento n° 1698/16.-----
 PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----
 -Parecer favorável da Srº Engª Fernanda Maria D. B. M. Serra, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 15-07-2016;-----
 -Parecer favorável do Srº Engº Nuno Bento a exercer funções nesta unidade orgânica, emitido em 22-08-2016.-----

4-PARECER-----

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a realização dos trabalhos mencionados no item 1.1, da presente informação técnica. -----
 4.2-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos seja de 45 dias, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 60 dias.-----

17 Artigo 8º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----
 e) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----
 f) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

4.3-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - **60 dias;**-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-Prestação de caução no valor de € 2 162,40 (dois mil cento e sessenta e dois euros e quarenta cêntimos), com IVA incluído.-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.4-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas e ao Srº Engº Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

5-PROPOSTAS-----

5.1-Face ao acima exposto, propõe-se de acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para a substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea e subterrânea), execução de juntas e demais trabalhos, nas condições mencionadas no item 4.3 da presente informação técnica.----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da rede de Telecomunicações, plasmada no projecto com a referência 15 GP_ZONA_124961, constante no processo registado com o nº 346/16.-----

-Período da licença - 60 dias-----

-Tipo de obra - Substituição da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone (rede aérea e rede subterrânea).-----

Cálculo:-----

Pela emissão da licença:-----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17º...).....52,50 €¹⁸-----

-Emissão de licença (Artigo 18º)10,60 €

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21º).....6,30 €

-Por m2 da via pública (alínea b) do artigo 21º).....508,80 €¹⁹

Pela ocupação do solo ou subsolo:-----

-Com outras construções ou instalações no subsolo, por m2 e por ano (nº 3 do Artigo 20º).....74,20²⁰ €

-Com tubos, condutas e cabos condutores, por ml e por ano (nº 8 do artigo 20º)146,00 €-----

TOTAL A PAGAR.....745,90 €-----

5.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de 30 dias, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, desde que apresente comprovativos em como os seguros se encontram válidos.-----

5.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

¹⁸ Paga através da guia - Documento DRI 00/1401, a folha nº 70.-----

¹⁹ (89 Juntas + 3 NR2 + 4 Postes) x 5,30 €-----

²⁰ (3 NR2 + 4 Postes) x 10,60 €-----

5.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 346/16, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar, ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

5.3.2-Envio, por email, do requerimento nº 836/16, constante no processo a folha nº 69 acompanhado das Plantas de Localização, constantes no processo a folhas nº 1 à nº 18 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

5.4-**Após a emissão²¹ do título**, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, Divisão de Obras Públicas, Divisão de Recursos Operacionais e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento

5.5-Concluídos os trabalhos de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção provisória dos mesmos, nos termos do disposto no artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo apresentar os traçados finais das referidas infraestruturas em formato digital, de acordo com o estabelecido no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, actualmente em vigor.-----

5.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura. e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, de acordo com o disposto no nº 3 e nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

5.7-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 05.01.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no deferimento do pedido em causa, com as condições de licenciamento mencionadas no item 4.3 e nos termos e para os efeitos sugeridos no item "5-PROPOSTAS" desta informação.----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018-01-08. -----

À Reunião de Câmara. -----

²¹ **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. OBRAS PARA INSTALAÇÃO DE CABOS DE FIBRA ÓTICA, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO - PROCESSO N.º 333/16 - MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. - FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 28.12.2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 823/16, em 02-05-2016, a interessada solicitou licença de ocupação de espaço público para a realização dos seguintes trabalhos:-----

i) Instalação de cabos de fibra ótica para substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea e subterrânea) e execução de juntas.-----

ii) Construção de uma caixa de visita permanente (CVP) do tipo NR3, com as dimensões interiores 75 x 150x 150 (Larg. x Comp. X Prof.) cm;-

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar, dado por despacho do então Vereador Responsável pela Gestão Urbanística, Sr.º Arqt.º Castanheira Penas, de 22-06-2016, a interessada sob o requerimento registado com o n.º 1687/16, apresenta os seguintes elementos:-----

-Declaração de Aceitação da Coordenação de Segurança em Projeto.-----

-Livro de obra, para efeito de abertura e autenticação pelos serviços administrativos.-----

-Condições Particulares, emitida pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, referente a um seguro de responsabilidade civil, cuja apólice de seguro possui o n.º 0003124751

-Comprovativo de pagamento do seguro de acidentes de trabalho, emitido pela companhia de Seguros, Tranquilidade - Companhia de Seguros, S.A, em nome segurado, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda, cuja apólice possui o n.º 0003142187.-----

1.3-Sob o requerimento registado com o n.º 1687/16, o representante da interessada, Sr.º Eng.º Fernando Manuel Parente de Sousa, menciona ainda que os 3 CDs solicitados serão entregues, logo que elaboradas as plantas, georreferenciadas, em causa e efectuada a conversão para as coordenadas para o Sistema de referência PT-TM06/ETRS89, em acordo com o disposto no artigo 13.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação. -----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3²² do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

²² **Artigo 3.º - Licença Municipal -----**

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13.º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

2.2-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicações e a abertura de valas, são trabalhos que estão sujeitos a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 4.º²³, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 13.º²⁴ do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8.º²⁵ e 9.º do mesmo diploma legal.-----

3-INSTRUÇÃO DO PROCESSO-----

-Requerimento;-----

-Memória Descritiva;-----

2-A instalação e funcionamento das infraestruturas das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas estão sujeitos ao procedimento estabelecido nos artigos 35.º e 36.º, do RJUE, com as devidas adaptações.-----

²³ Artigo 4.º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização

2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

iv) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

²⁴ Artigo 13.º Direito de acesso a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas-----

1-As entidades referidas no artigo 2.º estão obrigadas a assegurar às empresas de comunicações electrónicas o acesso às infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que detenham ou cuja gestão lhes incumbe.-----

2-O acesso referido no n.º anterior deve ser assegurado em condições de igualdade, transparência e não discriminação, mediante condições remuneratórias orientadas para os custos, nos termos do artigo 19.º.--

3-Os procedimentos para a obtenção do direito de acesso devem ser céleres, transparentes e adequadamente publicitados, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 20 dias após a efectiva receção do pedido de acesso, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º.-----

4-Pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas que pertencem ao domínio público ou privativo das autarquias locais é devida a taxa a que se refere o artigo 106.º da Lei das Comunicações Electrónicas, aprovada pela Lei n.º 5/2004, de 10/2, não sendo, neste caso, cobrada qualquer outra taxa, encargo, preço ou remuneração.-----

5-Aos casos referidos no n.º anterior não é aplicável o disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25/9.-----

²⁵ Artigo 8.º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

g) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----

h) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

-Declaração de responsabilidade da TNORD-Tech, S.A, a que se refere o Anexo III do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, assinada por Nuno André Barbosa de Andrade, acompanhada com fotocópia do seu Cartão de Cidadão;-----

-Índice;-----

-Termo de responsabilidade do técnico autor do projecto ITUR/Infraestruturas aptas ao Alojamento de Redes de Comunicações Electrónicas, Engº eletrotécnico Carlos Manuel Cardoso Vilar, acompanhados da fotocópia do Cartão de Cidadão, da declaração da Ordem dos Engenheiros;-----

-Termo de responsabilidade de execução do Engº Téc. Telmo António da Rocha Ribeiro, acompanhado da fotocópia do Cartão de Cidadão;-----

-Calendarização de trabalhos;-----

-Estimativa Orçamental;-----

-Planta da Zona de Intervenção;-----

-Pontos de intervenção;-----

-Locais de Intervenção - Passagem de Cabos e localização das Juntas;-

-Plano de segurança e Saúde;-----

-Condições particulares da apólice de seguro nº 0003124751, de responsabilidade civil, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, emitida em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----

-Alvará de construção nº 3631, emitido em nome da sociedade por quotas, Miguel Augusto Teixeira Barbosa, Lda;-----

-Elementos apresentados sob o requerimento nº 1687/16.-----

PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-Parecer favorável da Srº Engª Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 28-06-2016;-

-Parecer favorável do Srº Engº Nuno Bento a exercer funções nesta unidade orgânica, emitido em 04-07-2016.-----

4-PARECER-----

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a construção de uma caixa de visita permanente (CVP) do tipo NR3 e para a passagem de cabos e execução de juntas de fibra ótica, para substituição da rede de cobre em infraestruturas pré-existentes de Telecomunicação, em arruamentos situados em Vila Verde da Raia.-----

4.2-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos seja de 15 dias, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 30 dias.-----

4.3-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - **30 dias**;-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-Prestação de caução no valor de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), com IVA incluído.-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.4-Dever-se-à dar a conhecer à Divisão de Obras Públicas e ao Srº Engº Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.-----

5-PROPOSTAS-----

5.1-Face ao acima exposto, propõe-se de acordo com o disposto no artigo 5º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para a substituição da rede de cobre em infraestruturas existentes (rede aérea e subterrânea) e execução de juntas, nas condições mencionadas no item 4.3 da presente informação técnica.-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO DE TAXAS-----
O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da rede de Telecomunicações, plasmada no projecto com a referência 15 GP_ZONA_128398, constante no processo registado com o nº 333/16.-----

-Período da licença - 30 dias-----

-Tipo de obra - Substituição da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone (rede aérea e rede subterrânea).-----

Cálculo:-----

-Pela apreciação do pedido de ocupação de espaço público (Art.17º...).....52,50 €²⁶-----

-Emissão de licença (Artigo 18º).....10,60 €

-Por cada período de 30 dias (alínea a) do artigo 21º).....3,15 €

-Por m2 da via pública (alínea b) do artigo 21º).....95,40²⁷ €

TOTAL A PAGAR.....**109,15 €**-----

5.2-Após o pagamento das taxas devidas e a prestação de caução, mediante garantia bancária ou seguro caução, propõe-se que seja emitido o alvará, no prazo de **30 dias**, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, desde que apresente comprovativos em como os seguros se encontram válidos.-----

5.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

5.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 333/16, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar, ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

5.3.2-Envio, por email, do requerimento nº 823/16, constante no processo a folha nº 51 acompanhado das Plantas de Localização, constantes no processo a folhas nº 29 à nº 31 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

5.4-Após a emissão²⁸ do título, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, Divisão de Obras Públicas, Divisão de Recursos Operacionais e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento

5.5-Concluídos os trabalhos de telecomunicações, a interessada deverá solicitar a receção provisória dos mesmos, nos termos do disposto no

²⁶ Paga através da guia - Documento DRI 00/1382, a folha nº 52.-----

²⁷ 18 Juntas.-----

²⁸ **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, devendo apresentar os traçados finais das referidas infraestruturas em formato digital, de acordo com o estabelecido no artigo 13º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, actualmente em vigor.-----

5.6-Os referidos traçados finais serão posteriormente remetidos ao Sector de Sistemas de Informação Geográfica (SSIG), para efeitos de cadastro desta infraestrutura e para posterior cálculo da respectiva renda anual a ser paga pela entidade concessionária, de acordo com o disposto no nº8 do artigo 20º do Regulamento de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamento Diversos".-----

5.7-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.ª ANA ISABEL AUGUSTO, DE 04.01.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos os competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no deferimento do pedido em causa, nos termos e para os efeitos sugeridos no item 5.1 deste documento.-----

Sequencialmente, sou a propor que sejam executadas as formalidades enunciadas nos itens 5.2 a 5.7 desta informação.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018-01-08. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.13. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO, PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA - PROCESSO N.º 621/17 - IDEIAS NATURAIS - IMOBILIÁRIA, S.A. - LUGAR DA BARROCA, LOIVOS, FREGUESIA DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 04.12.2017.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

A empresa requerente acima referida na qualidade de proprietária de um terreno, sito no lugar da Barroca, na União das freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações, Chaves, nos termos do artigo 14.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, consagrado no DL 136/2014 de 09 de setembro de 2014, solicitou Informação Prévia sobre a viabilidade de realizar uma operação de loteamento;-----

2. Enquadramento da Pretensão-----

2.1 No regime jurídico de urbanização e edificação consagrado no DL 555/99 de 09/09 e ulteriores alterações-----

O pedido formulado enquadra-se no n.º 2, do artigo 14.º, do diploma legal acima referido;-----

2.2 Nos Instrumentos de Gestão territorial - PDM -----

2.2.1 De acordo com extrato da planta nº 61A do Plano Diretor Municipal em articulação com o Regulamento do mesmo, o terreno em análise localiza-se em classes de espaços distintos, nomeadamente:-----

2.2.2 classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.3 - outros aglomerados, -----

2.2.3 e uma pequena parte em **classe 4** - Espaços Agrícolas e florestais, subcategoria 4.3.A - Espaços Agro-florestais comuns;-----

3. Servidões e Restrições de ordem pública-----

Sobre o terreno, não impendem servidões ou restrições de ordem pública, uma vez que a estrada EN311 passou a Estrada Municipal;-----

4. Antecedentes-----

4.1 Face à proposta apresentada, pese embora o tempo decorrido, foi realizada uma reunião no passado dia 23 de novembro e 2017 entre todos os intervenientes para esclarecer todas as dúvidas relacionadas com a operação urbanística em causa, nomeadamente em relação à parte da parcela que se encontra fora do perímetro de construção;-----

4.2 Para os devidos efeitos foi redigido Auto de Diligência nos termos do n.º 1, do artigo 64.º do CPA, que será incorporado no presente processo administrativo;-----

5. Análise do Pedido / Parecer-----

5.1 O requerente pretende ver esclarecidos aspetos referentes à constituição de uma operação de loteamento com 26 lotes destinados a habitação unifamiliar, comércio e serviços num terreno com 39.530,00m²;

5.2 É referida a aplicação do artigo 8.º do Regulamento do PDM como forma de enquadrar todo o terreno em espaço urbano e urbanizável;----

5.3 Face ao anteriormente descrito, é de referir que não se aplica o artigo 8.º na situação individual e concreta, transcrevendo-se, para os devidos efeitos, um parecer produzido pelo Setor de Planeamento Municipal e Ordenamento do Território, datado do passado dia 02 de junho de 2017, para uma situação semelhante, sobre a aplicação detalhada do artigo 8.º Regulamento do PDM e dos Anexos que lhe servem de apoio:-----

(...) DA APLICAÇÃO GERAL E ABSTRATA DO ARTIGO 8.º DO REGULAMENTO DO PDM

A empresa requerente alega que, por razões de ajuste de cadastro de propriedade e tendo por referência a disposição prevista na alínea b) do n.º 5) do Anexo I do Regulamento do PDM, a área inserida em solos da Classe 4 - Espaços agrícolas e florestais, da Categoria 4.3 - Espaços Agroflorestais e da subcategoria 4.3.A - Espaços agroflorestais comuns poderá passar a integrar solos da classe 1-categoria 1.3;-----

1. O artigo 8.º (Alterações à configuração dos espaços) do Regulamento do PDM, cujo teor se transcreve de seguida, estabelece as condições em que é possível admitir uma alteração à configuração dos espaços constantes das plantas de ordenamento deste plano e reveste-se de carácter excecional: -----

"1 - A transposição de qualquer parcela do território para uma classe ou categoria distintas daquela que lhe está consignada nos termos deste Regulamento e da planta de ordenamento só poderá realizar-se por meio de um dos seguintes processos:-----

a) Plano de urbanização ou plano de pormenor, desde que ratificados superiormente nos termos da lei;-----

b) Alteração ou revisão das disposições do Plano Director Municipal, nos termos da legislação em vigor.-----

2 - Poderão realizar-se ajustamentos de pormenor nos limites entre espaços pertencentes a classes ou categorias distintas, decorrentes da sua demarcação concreta no terreno, desde que de acordo com as condições estabelecidas no anexo n.º 1 deste Regulamento.-----

3 - A configuração espacial dos espaços pertencentes à categoria 1.3 - outros aglomerados, da classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, à classe 2 - espaços industriais ou às categorias 5.1 - espaços culturais ou 5.2 - espaços de uso diversificado, da classe 5 - espaços culturais e naturais, poderá ser objecto de correcção de limites, por deliberação da Assembleia Municipal, fundamentada em estudos específicos, a realizar por uma só vez para cada espaço e cumprindo cumulativamente as seguintes regras:-----

a) As alterações de limites terão de respeitar as imposições decorrentes das servidões administrativas ou restrições de utilidade pública eventualmente existentes no local, com especial relevo para as delimitações da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional;-----

b) A configuração espacial do espaço em causa terá de ser mantida inalterada em pelo menos 95% da sua superfície;-----

c) A variação global, para mais ou para menos, da área total do espaço não poderá exceder 5% da sua área inicial."-----

2. O n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento do PDM define a regra geral a que deverá obedecer a transposição de qualquer parcela do território para uma classe ou categoria distintas daquela que está consagrada neste plano, ou seja, através de um plano territorial que abranja uma parte do território municipal (Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor) ou através da alteração ou revisão do Plano Diretor Municipal, tudo nos termos preconizados no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio.-----

3. Já os n.ºs 2 e 3 do artigo 8.º do Regulamento do PDM estabelecem condições especiais para a aceitação de pequenas alterações à configuração dos espaços que não comprometam os princípios e os mecanismos expressos no n.º 1 do mesmo artigo. -----

4. Ou seja, as 3 normas estabelecidas no artigo 8.º estão organizadas em 3 níveis/patamares, estando implícita a aplicação do princípio da proporcionalidade:-----

a) Se a alteração à configuração dos espaços for significativa, aplica-se o conceito da transposição preconizado no n.º 1;-----

b) Se a alteração à configuração dos espaços consubstanciar um ajustamento de pormenor (conceito minimalista, de detalhe), aplicam-se as normas constantes nos n.ºs 2 ou 3, sendo que o n.º 3 ainda define o âmbito de aplicação e os limites máximos das correções admissíveis em determinadas classes e categorias de espaços, as quais estão dependentes da realização de estudos fundamentadores específicos e sujeitos a deliberação da Assembleia Municipal."-----

5. Por outro lado, a aplicação das condições estabelecidas no Anexo I do Regulamento do PDM exige a verificação prévia dos requisitos constantes no n.º 2 do artigo 8.º deste regulamento, ou seja, que os ajustamentos a realizar, nos limites entre espaços pertencentes a classes ou categorias distintas, sejam de pormenor (isto é, minimalistas), decorrentes da sua demarcação concreta no terreno.-----

6. É de salientar que, na interpretação de qualquer diploma legal ou regulamentar em vigor, se deve partir da norma para um eventual anexo pormenorizador e não o contrário (a aplicação direta do anexo sem cumprimento da norma habilitante - o n.º 2 do artigo 8.º, no caso concreto em apreciação).-----

7. Neste sentido, não se verificando cumprida a condição prévia estabelecida no n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento do PDM, não são aplicáveis à situação em causa, as disposições previstas no Anexo I deste regulamento - Regras para a demarcação dos limites das classes e categorias de espaços a que se refere o artigo 8.º. -----

8. Por outro lado, a eventual aplicação do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento do PDM também está prejudicada pelo facto de, na presente data, estar a decorrer o procedimento de alteração do PDM de Chaves, não se justificando a elaboração de um estudo específico e autónomo fundamentador de uma correção dos limites dos espaços da classe 2 existentes no território municipal, balizado pelas regras cumulativas constantes nas alíneas a) a c) do n.º 3 do artigo 8.º."-----

6. Proposta de Decisão-----

6.1 Neste caso torna-se obrigatório reconfigurar o desenho do loteamento, no sentido da operação urbanística em causa deixar de incluir a parcela de terreno que se encontra fora do perímetro urbano e que integra fisicamente o prédio;-----

6.2 O pedido de informação prévia terá numa primeira fase, uma pronúncia desfavorável, podendo tal decisão ser revista, desde que o desenho do loteamento dê cumprimento à obrigação prevista no anterior ponto 5.3; -----

6.3 Esta solução não será prejudicada com as modificações das novas planificações, em curso, desde que a decisão administrativa, sobre este PIP seja tomada até ao final do mês de fevereiro do ano de 2018;

6.4 Face ao descrito anteriormente e de acordo com o descrito no n.º 4, do artigo 16.º, em articulação com a alínea a), do n.º 1, do artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo DL 136/2014 de 09/09, estes Serviços entendem emitir parecer desfavorável ao Pedido de Informação Prévia formulado através de requerimento n.º 1594/17 de 2017/09/08, por violar as normas do PDM em vigor, acima referidas;-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 15.12.2017:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Assi, atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar um projeto de decisão administrativa conducente à emissão de um parecer desfavorável, relativamente ao pedido de informação prévia em causa, dado o mesmo consubstanciar a violação das normas legais e regulamentares expressas no capítulo "6. Proposta de Decisão" deste documento.-----

Neste seguimento, dever-se-á notificar o requerente para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima enunciada, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 121º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.12.18. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2017-12-20. -----

Visto. Concorde. Proceda-se em conformidade. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.14. OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES TITULADAS PELO ALVARÁ DE OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO N.º 200/07, PEDIDO DE RECEÇÃO DEFINITIVA - PROCESSO N.º 528/06 - NOS - COMUNICAÇÕES, S.A. - CHV02, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÕES DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 31.08.2017 E DA COORDENADORA TÉCNICA, ISABEL PRESA DATADA DE 29.12.2017.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através da carta registada nesta unidade orgânica com o nº 1632/16, em 02-09-2016, a NOS COMUNICAÇÕES, S.A solicita a libertação da garantia bancária N.º 332 712, emitida pelo Banco Espírito Santo, no valor de 3 665 € e destinada a garantir a boa e regular execução de Infraestruturas de Telecomunicações subterrâneas, promovidas pela TV CABO - PORTUGAL, S.A.-----

2-ANTECEDENTES-----

2.1-Em 03-08-2007, foi emitido o Alvará de Ocupação do Domínio Público N.º 200/07, o qual titulou o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para a construção de Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, em vários arruamentos situados na freguesia de Santa Maria Maior, na cidade de Chaves-----

2.2-Em reunião de câmara de 19-12-2013, sob proposta da informação técnica de 04-12-2013, foi deliberado pelo Executivo receber provisoriamente as obras de Telecomunicações, tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público nº 200/07, cujos traçados finais constam no processo a folhas nº 111 à nº 113.-----

3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9.-----

3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

A pretensão da interessada enquadra-se ainda no disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----

No seguimento do pedido da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos:-----

4.1-Realização no dia 31 de agosto de 2017, de uma vistoria técnica às Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, nos arruamentos mencionados na INFORMAÇÃO Nº 1153/DGOT/2017, todos situados na freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves.-----

4.2-Dar a conhecer à promotora, a fim de a mesma integrar a comissão de vistorias.-----

5-PARECER-----

Por leitura do Auto de Recepção Definitiva, conclui-se que as obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio

Público N° 200/07, são passíveis de serem objecto de recepção definitiva.-----

6-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adopte as seguintes resoluções:-----

6.1-Que, nos termos do disposto no n° 1 do artigo 27° do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de recepção definitiva das obras de urbanização tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público N° 200/07.-----

6.2-Que, nos termos do disposto no n° 3 do artigo 76° da Tabela de Taxas em vigor no Município de Chaves, anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela Realização de Operações Urbanísticas, em vigor publicado em Diário da República em 22-07-2011, a interessada proceda ao pagamento do montante de € 106 (cento e seis euros).-----

6.3-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no n° 3 do artigo 27° do dispositivo legal referido no anterior parágrafo, conjugado com o n° 5 do artigo 54° do RJUE, a caução prestada, poderá ser liberada.

6.4-Neste contexto, propõe-se que seja comunicado ao Banco Espírito Santo, que a garantia bancária n° 332712, actualmente válida para o montante de **€ 366,50 (trezentos e sessenta e seis euros e cinquenta cêntimos)**, poderá ser liberada, de acordo o disposto no artigo 54° do diploma legal acima referido.-----

6.5-Notificar a interessada do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria e da presente informação técnica. À Consideração Superior.-----

INFORMAÇÃO DA COORDENADORA TÉCNICA, ISABEL PRESA.-----

Foi prestada, no passado dia 31/08/2017, informação técnica, com n.º 1226/SCOU/17, no sentido de se deliberar, em reunião da Câmara Municipal, deferir o pedido de recepção definitiva das obras de urbanização levadas a efeito em várias ruas da cidade (CHV02), tituladas pelo Alvará de Obras n.º 200/07, emitido a favor de TV CABO - Portugal, S.A., em 03/08/2007.-----

Para esse pedido de liberação da garantia bancária, apresentado através do requerimento n.º 1636/12, em 05/09/2016, a Eng.º Conceição Rei, elaborou informação n.º 1153/SCOU/17, com vista à marcação da vistoria (efetuada nesse mesmo mês de agosto), onde foi feito o enquadramento legal que contemplava também um quadro sinótico com as ruas sujeitas a intervenção¹.-----

Acontece que, antes da informação definitiva, que contempla também o auto de vistoria assinado pelos elementos da comissão, ser encaminhada para despacho superior no sentido de submeter a deliberação de câmara, solicitou-se apoio administrativo para serem confirmadas, quer junto da empresa interessada quer junto dos documentos constantes do processo, se as ruas identificadas na informação referida no parágrafo anterior, coincidiam com aqueles pontos de intervenção apresentados no quadro de resumo numerado no processo a folhas 24, 25 e 26.-----

Depois de várias tentativas, infrutíferas, junto da empresa NOS Comunicações, S.A (sociedade onde de incorporou por fusão da sociedade ZON TV Cabo Portugal), chegou-se á conclusão que seria melhor esclarecer o assunto na reunião que estava marcada para 28 de novembro entre os representantes dessa firma e os do município.-----

Como até agora não houve feedback quanto à matéria aqui identificada julgo, salvo melhor opinião e com a anuência da técnica superior responsável pela análise deste procedimento, que se deverão manter todos os pressupostos vertidos na informação técnica n.º 1226/SCOU/17, e todo o processo deverá ser encaminhado para Reunião de Câmara, para deliberação. -----

É tudo quanto me cumpre informar.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 05.01.2018:-----

Visto. Atento o teor da presente informação, bem como da informação n.º 1226/SCOU/2017, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar deliberação consubstanciada no deferimento do pedido de receção definitiva das obras de urbanização em causa e na liberação da caução prestada pela promotora em 02-03-2007, sob forma de garantia bancária n.º 332712, a favor do Município de Chaves, no montante de 366,50€ (trezentos e sessenta e seis euros e cinquenta cêntimos).-----

Sequencialmente, sou a propor que sejam executadas as formalidades enunciadas nos itens 6.4 e 6.5 da informação n.º 1226/SCOU/2017.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018-01-08. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1. "LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1)" - TRABALHOS A MENOS. -----

Foi presente a informação n.º 510/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 229 de 29 de novembro de 2016, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE I: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1)". ---

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 3 de fevereiro de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 23 de fevereiro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 544 199,00 € (quinhentos e quarenta e quatro mil cento e noventa e nove euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----
- Data da consignação: 20 de março de 2017 -----

5. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 20 de março de 2017. -

6. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 18 de agosto de 2017, o município de Chaves, aprovou, uma prorrogação ao prazo de execução da obra, por 44 dias. -----

7. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 2 de novembro de 2017, o município de Chaves, aprovou, a segunda prorrogação ao prazo de execução da obra, por 46 dias. -----

II - Fundamentação -----

1. Encontrando-se concluídos os trabalhos da empreitada, foi efetuada a medição final dos mesmos, concluindo-se que resultam trabalhos a menos, no valor de 12.030,00€ (doze mil e trinta euros), Iva não incluído e que representam 2,21% do valor contratado -----

2. Os trabalhos a menos, resultam, dos artigos 1.8.6 (8.421,00€) e 2.8.2 (3.609,00€), do mapa de medições, respetivamente do Pamus 1.2 e Pamus 2.1, que respeitam "Fornecimento e colocação de negativos nos pavimentos, com 75mmx75mm, em chapa de ferro de 4mm de espessura e espigão, incluindo maciço em betão com 20cmx20cm, todos os remates, materiais, trabalhos e meios necessários, conforme desenho do projeto". -----

3. Tal trabalho não foi executado, de acordo com decisão superior, por incompatibilidades existentes, entre o esquema de colocação dos negativos, a necessária profundidade para a sua fixação e as diversas infraestruturas existentes. Tal decisão, em nada compromete a qualidade e conceção da obra. -----

Valor do contrato-544.199,00€ -----

Valor faturado-532.169,04€ -----

Valor Trabalhos a menos-12.029,96€ -----

Arredondamento-12.030,00€ -----

III - Proposta -----

Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto acima enunciadas, propõe-se o seguinte procedimento: -----

1. Que, a presente proposta seja agendada para a reunião de executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; -----

2. A aprovação dos referidos trabalhos a menos; -----

3. A redução da caução prestada no contrato da empreitada, no valor proporcional dos trabalhos a menos, ou seja, no valor de 601,50€; ---

4. Que, caso a presente proposta venha a merecer aprovação, seja a mesma enviada à entidade executante, para devido conhecimento. -----

À consideração Superior. -----

Divisão Obras Públicas, 27 de dezembro de 2017 -----

A Técnica Superior -----

(Madalena Branco, Eng.^a) -----

Anexo: auto de medição nº1 Trabalhos a Menos -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.01.05. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2018/01/08.-
 À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. "ECOVIA DE VIDAGO - TROÇO 1 (TROÇO COMPREENDIDO ENTRE A AVENIDA CONDE CARIA E O BALNEÁRIO TERMAL DE VIDAGO)". - CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO. INFORMAÇÃO N.º 02/GNE/2018, DATADA DE 04/01/2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. ENQUADRAMENTO -----

O executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 02 de novembro de 2017, deliberou, aprovar o relatório final de análise das propostas, da empreitada "Ecovia de Vidago - Troço 1 (Troço compreendido entre a Avenida Conde Caria e o Balneário Termal de Vidago)", na sequência da informação/proposta n.º 451/2017, produzida pela Divisão de Obras Públicas, em 25 de outubro de 2017, pelo valor de 249 750,00 (duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 90 dias; -----

Dando cumprimento ao disposto no artigo 77º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações, no dia 10 de novembro de 2017, foi efetuada a devida notificação de decisão de adjudicação, através da plataforma eletrónica vortal.biz, para, a empresa adjudicatária, da empreitada, mencionada em epígrafe, Edinorte, Edificações Nortenhass, S.A., e, restantes concorrentes, tendo sido concedido à empresa adjudicatária o prazo de 10 dias para apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução a favor do Município de Chaves, no valor de € 12 487,50 (doze mil, quatrocentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato;-----

Decorrido o prazo de 10 dias concedido, a empresa adjudicatária, Edinorte, Edificações Nortenhass, S.A., não veio apresentar os documentos de habilitação solicitados. -----

Nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 86º, DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações, sob a epígrafe "Não apresentação dos documentos de habilitação", a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar. -----

Neste contexto, no dia 22 de dezembro de 2017, a empresa adjudicatária, Edinorte, Edificações Nortenhass, S.A., foi devidamente notificada, através da plataforma eletrónica vortal.biz, da informação/proposta n.º 64/2017, produzida pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, datada de 30 de novembro de 2017, e, aprovada por deliberação do executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 14 de dezembro de 2017, para no prazo de 5 dias, se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2, do artigo 86º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações, da intenção de declarar a caducidade do ato adjudicatório;-----

No dia 29 de dezembro de 2017, a empresa adjudicatária, Edinorte, Edificações Nortenhass, S.A., veio, através de requerimento, com o registo de entrada, nos serviços administrativos desta Autarquia, n.º 29, datado de 02 de janeiro do corrente ano, apresentar como

justificação da não apresentação dos documentos de habilitação no prazo concedido, o seguinte: -----

a) "Como sabem o concurso a esta obra decorreu em simultâneo com o concurso para a EB N.º 3 de Chaves e requalificação e ampliação do Jardim de Infância do Caneiro; -----

b) Atendendo ao relacionamento existente com V. Exas. e atendendo exclusivamente à vossa solicitação, acedemos ao vosso convite. Foi correndo um grave risco e assumindo um grande esforço financeiro que apresentamos as nossas propostas; -----

c) Fizemo-lo em atenção ao que nos foi dito que as obras eram urgentes, estavam cabimentadas, tinham participação financeira assegurada e havia compromissos assumidos para o início imediato dos trabalhos. Afirmaram também que as obras arrancariam em simultâneo; -

d) O estudo financeiro que fizemos para as obras e os orçamentos apresentados tiveram em atenção o atrás descrito. É preciso recordar que ambos os concursos numa primeira fase ficaram desertos; -----

e) Foi com surpresa, que vimos passar o tempo e apesar de sermos ganhadores em ambos os concursos, nada nos foi comunicado. Ou seja, nada daquilo que nos foi dito e que assumimos como certo se veio a verificar; -----

f) Atendendo à falta de comunicação, atendendo ao que nos tinham afirmado da urgência do início dos trabalhos e à alteração do executivo municipal, assumimos que já não seriam para executar os projetos colocados a concurso; -----

g) Em face do relatado acima e da dinâmica própria do mercado, assumimos entretanto compromissos que nos tomam toda a nossa capacidade produtiva e nos impedem de assinar o contrato citado"; ---

Ora, as razões invocadas pela empresa adjudicatária, Edinorte, Edificações Nortenhás, S.A., não vão de encontro ao disposto no n.º 3, do artigo 86º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações, ou seja, "quando as situações previstas no n.º 1 se verifiquem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação".-----

Considerando que, as restantes propostas apresentadas para o procedimento de empreitada acima identificada, após análise das mesmas, foram, segundo o relatório preliminar, elaborado pelos membros do júri, todas elas excluídas, não se aplica o dever previsto do n.º 4, do artigo 86º, do DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações, ou seja, de adjudicação da proposta ordenada em lugar subsequente, pois a única proposta apresentada, para o procedimento, que cumpre os requisitos exigidos é a da empresa adjudicatária, Edinorte, Edificações Nortenhás, S.A..-----

2. PROPOSTA/DECISÃO -----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, e salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte: -----

a) Que seja declarada, definitivamente, a caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 86º, DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações; -----

b) Que seja notificada a empresa adjudicatária, Edinorte, Edificações Nortenhás, S.A., dessa decisão;-----

c) Que seja comunicado ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., a caducidade da adjudicação, da empreitada "Ecovia de Vidago - Troço 1 (Troço compreendido entre a Avenida Conde Caria e o Balneário Termal de Vidago)", nos termos do

n.º 5, do artigo 86º, DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações;-----

d) Que, considerando atendíveis as razões ora invocadas pela empresa adjudicatária, Edinorte, Edificações Nortinhas, S.A., razões essas que, embora lhe sejam imputáveis, acabam por ser reveladoras da boa fé pré contratual revelada pela empresa, tanto mais que as mesmas apontam para a impossibilidade objetiva de dar execução à empreitada que iria ser objeto do contrato a celebrar. Neste contexto, considerando a bondade dos argumentos apresentados, pela empresa adjudicatária, deverá ser dispensado o procedimento de comunicação, junto do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 461º, do Código dos Contratos Públicos na redação à data dos factos, em vigor. -----

À consideração superior.-----

Chaves, 04 de janeiro de 2018.-----

A Assistente Técnica, (Carla Carvalho)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2018/01/08.-

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

IX DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XI ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1. INFORMAÇÃO N.º26/ST/2017 - REGRA DO EQUILÍBRIO NAS MODIFICAÇÕES. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Considerando, o art.º40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI) 1, sob a epígrafe " Equilíbrio orçamental ", prevê-se o seguinte: -----

1.Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas. -----

2.Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. -----

3.O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte. -----

4.Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo. -----

II - Fundamentação -----

Considerando, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, nos momentos seguintes: -----

1.No momento da elaboração do orçamento, em mapa (com um conteúdo que permita aferir a situação em termos da regra de equilíbrio - cfr. infra) a integrar o documento previsto no artigo 46.º, n.º1, al. a), do RFALEI; -----

2.Quando da elaboração de eventuais modificações, em mapa específico (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada, no caso, o Presidente da Câmara, com competências delegadas, para aprovação;---

3.Ao nível da execução orçamental, em mapa (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Face ao exposto, a seguir se traduz em quadro de monitorização, do aludido art-º 40º, o cumprimento de tal regra à data atual. -----

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro		
Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais		
Regra do Equilíbrio art.º 40º		
	Valor	Validação
Receita Corrente bruta	29.782.010,94	Cumpre
Despesa corrente	22.391.986,84	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	3.188.102,52	
Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente cobrada (1)	29.782.010,94	

Despesa corrente paga (2)	22.391.986,84
Saldo Corrente (3) =(1) - (2)	7.390.024,10
Amortizações previstas (4)	3.015.045,73
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5) =(3) - (4)	4.374.978,37
Total das receitas correntes totais (6)	29.782.010,94
5% das receitas correntes totais (7)=(6)x5%	1.489.100,55

Chaves, 22 de dezembro de 2017 -----
A Técnica Superior em regime de mobilidade -----
(Paula Cristina Alves Veloso) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2017.12.22. -----

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2018/01/08.-

À Reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2. COMUNICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, AO ABRIGO DA LEI N.º 42/2016 DE 28 DE DEZEMBRO QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2017. INFORMAÇÃO N.º 01/GNE/2018, DATADA DO DIA 04 DE JANEIRO DE 2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. INTRODUÇÃO -----

A Lei do Orçamento de Estado para 2017 (LOE2017), aprovada pela Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, veio, através do seu art.º 49º, regular o regime aplicável às aquisições de serviços.-----

Nos termos do disposto no n.º 4, do art.º 49º, "a celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em termos a fixar por portaria deste";-----

No entanto o n.º 12, do art.º 49.º, estipula que, nas autarquias locais, a comunicação prevista no referido n.º 4 é feita ao órgão executivo;-----

Assim, da conjugação dos n.ºs 4 e 12 do art.º 49º, conclui-se que a celebração ou renovação de contratos de Aquisição de Serviços estão sujeitas ao dever de comunicação à Câmara Municipal, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato;-----

Neste enfoque, foi elaborada a listagem, pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, que contém informação relativa à celebração de contratos de Aquisição de Serviços, sujeitos à forma escrita, por forma a cumprir, dentro do prazo legalmente estabelecido, o dever de comunicação, anteriormente, mencionado.-----

2. PROPOSTA/DECISÃO:-----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia de atuação:-----
 Levar ao conhecimento do órgão executivo municipal, na próxima reunião ordinária, a listagem, elaborada pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, relativa à celebração de contratos de Aquisição de Serviços, sujeitos à forma escrita, conforme documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, o que se anexa à presente informação.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 04 de janeiro de 2018.-----

A Assistente Técnica, (Carla Carvalho)-----

Em anexo: A referida listagem da celebração de Contratos de Aquisição de Serviços.-----

CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (Lei 42/2016 de 28/12, n.ºs 4 e 12, do art.º 49.º)-----

Ajuste Direto	Designação do Procedimento	Data			Adjudicatário		Valor do Contrato S/Iva
		Abertura do Procedimento	Adjudicação	Contrato			
AD N.º 56/SC/2017	Prestação de Serviços “Montagem de Iluminação Decorativa de Natal em Fachadas no Período Natalício no Ano de 2017”.	23.11.2017	29.11.2017	13.12.2017	Nome:	Essencial Fantasy, Lda.	€ 14 500,00
					Sede:	Av. Camilo Tavares de Matos, n.º 403 – R/C – Fração “J”, 3730-240 Vale de Cambra	
AD N.º 57/SC/2017	Aquisição de Serviços para a Montagem da Aldeia Natal, Decoração e Animação da mesma durante o Período Natalício no Ano de 2017.	23.11.2017	29.11.2017	14.12.2017	Nome:	Tabelas e Pontuações, Lda.	€ 29 000,00
					Sede:	Avenida Albino Marques, 366 F, Loja 12, 4765-096 Delães - Braga	
AD N.º 55/SC/2017	Aquisição de Serviços tendentes à Elaboração do “Projeto do Restabelecimento da Ciclovia Chaves-Vidago”.	08.11.2017	30.11.2017	18.12.2017	Nome:	NRV – Consultores de Engenharia, S.A.	€ 29 500,00
					Sede:	Avenida da Europa, Edifício Encosta do Rio, n.º 10, 5000-557 Vila Real	
AD N.º 59/SC/2017	Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto para “Reabilitação do Edifício da Antiga Cantina da UTAD para Instalação de um Centro Cívico”.	20.11.2017	12.12.2017	21.12.2017	Nome:	César Miguel de Jesus Gonçalves	€ 7 500,00
					Sede:	Avenida Humberto Delgado, n.º 24, 5400-798 Travancas	

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2018/01/08.-

À Reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3. PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2015/HOMOLOGAÇÃO PELO TC/RELATÓRIO. INFORMAÇÃO N.º02/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

Na sequência da receção do ofício refa. 40741/2017, de 27/12/2017, proveniente do Tribunal de Contas, o qual veio dar conhecimento da homologação da conta relativa à gerência de 2015, e, bem assim, a disponibilização de relatório nº99/2017 – Verificação Interna da Conta do Município de Chaves – gerência de 2015, resultaram as seguintes recomendações: -----

a) Que o Município de Chaves “cumpra rigorosamente os limites de endividamento previstos na lei, e no cálculo dos limites da dívida total, para o exercício de 2016 e seguintes, tendo em consideração o estipulado, designadamente, nos artºs 48º a 54º da lei 73/2013, de 03 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, bem como o previsto na Lei de Enquadramento Orçamental e os limites impostos pelas Leis de Orçamento de Estado”. -----

b) “Proceder à celebração de acordos de regularização de dívida com as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de águas, saneamento ou resíduos urbanos, nos termos do artº89º, da Lei do Orçamento de Estado para 2015, evitando a acumulação de faturação por pagar e processos em contencioso;” -----

c) “Adotar mecanismos de contenção de despesa corrente, de modo a garantir o pagamento atempado de todas as obrigações presentes e futuras, contribuindo assim para a redução do prazo médio de pagamentos em atraso e do stock da dívida”. -----

A título complementar e tendo em vista clarificar a situação relativa às situações descritas no ponto anterior, informa-se que, à data atual, o Município de Chaves: -----

a) **Cumpra os limites de endividamento previstos na Lei 73/2013 de 3 de setembro e legislação correlacionada e/ou complementar, apresentando uma margem face ao limite da dívida total para 2017 de 1.895.511,90€ (cálculo efetuado a 15/12/2017);** -----

b) **Não tem acordos de regularização vigentes, sendo que a última prestação do Acordo celebrado com a DGTF será efetivada ainda em janeiro de 2018;** -----

c) **O Município não tem pagamentos em atraso, sendo que o último PMP divulgado no Portal autárquico – SIAL, é de 23 dias, apurado à data de 30 de setembro de 2017.** -----

Para além das recomendações formuladas, veio o Tribunal de Contas determinar, a divulgação, para conhecimento, de tais recomendações e respetivos efeitos, ao órgão executivo municipal e, bem assim, ao Presidente do órgão deliberativo municipal, solicitando para que o mesmo as transmita a todas as forças políticas representadas naquele órgão. -----

Tendo em vista a monitorização e acompanhamento das recomendações formuladas, é conferido um prazo de 180 dias para que o Município se pronuncie, junto do Tribunal de Contas e em suporte documental, acerca do grau de cumprimento de tais recomendações. -----

Que a presente proposta seja submetida ao órgão executivo municipal e ao Presidente da Assembleia Municipal, tendo em vista dar conhecimento do Relatório nº99/2017/TC – Verificação Interna da Conta do Município de Chaves, relativa à Gerência de 2015. -----

À consideração superior, -----

Chaves, 03 de janeiro de 2018 -----

A Chefe de Divisão -----

(Márcia Raquel Santos, Dra.) -----

Anexo: Relatório nº99/2017/TC – Verificação Interna da Conta do Município de Chaves, relativa à Gerência de 2015. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.05. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2018/01/08.-

À Reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE CHAVES, EDIÇÃO DE 2017". PROPOSTA Nº1/GPC/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - ENQUADRAMENTO-----

A presente informação visa levar a conhecimento superior o "*Relatório de Avaliação do Orçamento Participativo de Chaves, edição de 2017*".--

II - APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OP)-----

O Orçamento Participativo é um processo de participação democrática que visa promover o envolvimento dos cidadãos e das organizações da sociedade civil nas estratégias de governação do concelho. Esta participação concretiza-se através da possibilidade que é dada à população local para decidir o destino de uma verba específica do Plano e Orçamento da autarquia.-----

No âmbito deste processo participativo, os cidadãos são convidados a apresentar propostas de investimentos públicos municipais, as quais, depois de conferida a sua viabilidade, são sujeitas a votação, no sentido de incluir no orçamento municipal as propostas mais votadas. Trata-se portanto, para o Município de Chaves, de uma estratégia gizada para o reforço do envolvimento dos cidadãos nas dinâmicas de governação do concelho, numa tentativa de aproximar as políticas municipais às necessidades da comunidade local.-----

No âmbito do modelo do Orçamento Participativo de Chaves é estipulada uma verba, que se distribui por duas componentes diferentes, nomeadamente: "*Componente Nº 1 - Requalificação Urbanística e Construção e/ou Requalificação de Equipamentos Públicos*": 250.000€ (duzentos e cinquenta mil euros) e "*Componente Nº 2 - Promoção e Dinamização - Projetos de Âmbito Cultural e Desportivo*": 30.000€ (trinta mil euros).-----

Cada cidadão proponente pode apresentar uma proposta de investimento para cada uma dessas componentes, podendo igualmente cada cidadão eleitor votar em duas propostas: um voto em cada uma das duas componentes. -----

III - EDIÇÃO OP 2017-----

Na edição de 2017, estiveram a votação quinze projetos, oito dos quais com enquadramento na "*Componente Nº 1 - Requalificação urbanística e construção e/ou requalificação de equipamentos públicos*" e sete na "*Componente Nº 2 - Promoção e dinamização de projetos de âmbito cultural e desportivo*".-----

Dos referidos projetos resultaram vencedoras duas propostas: Componente Nº 1 - proposta de "*Requalificação Urbanística da Rua da Ermida em Vidago*" - e Componente Nº 2 - proposta "*Avivar - Recolha fotoetnográfica da Cultura Popular*".-----

A proposta vencedora no âmbito da Componente Nº 1 contou com um total de 519 votos (517 votos online e 2 votos em urna) e a proposta vencedora

no âmbito da Componente N° 2 arrecadou um total de 562 votos (557 votos *online* e 5 votos em urna). -----

Os projetos vencedores representarão um investimento global de 280 mil euros por parte da autarquia, uma vez que a proposta vencedora na Componente N° 1 foi orçada em 250 mil euros e a proposta vencedora na Componente N° 2 em 30 mil euros.-----

IV - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

Face ao exposto, e para os devidos efeitos, entende-se submeter superiormente, para respetiva apreciação o "*Relatório de Avaliação do Orçamento Participativo (OP) de Chaves, edição de 2017*", cujo documento se anexa à presente informação. -----

À consideração Superior-----
Chaves, 04 de janeiro de 2018-----

A Técnica Superior-----
(Alexandra Monteiro)-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ DE 2018/01/08.-

À Reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

